

OI S.A.  
(Em recuperação judicial)

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias  
individuais e consolidadas  
Em 30 de setembro de 2019

OI S.A.  
(Em recuperação judicial)

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Em 30 de setembro de 2019

## Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados - informação suplementar

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Oi S.A - Em Recuperação Judicial  
Rio de Janeiro - RJ

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfases

### Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) e atendimento dos requerimentos previstos na Lei nº11.101/2005. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2019.

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	22
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	5.796.478
Preferenciais	157.727
<b>Total</b>	<b>5.954.205</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	31
Preferenciais	1.812
<b>Total</b>	<b>1.843</b>



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	44.371.034	53.516.055
1.01	Ativo Circulante	9.696.977	17.109.300
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.613.530	1.669.059
1.01.02	Aplicações Financeiras	173.320	190.779
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	173.320	190.779
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	173.320	190.779
1.01.03	Contas a Receber	1.337.172	1.193.687
1.01.03.01	Clientes	1.337.172	1.193.687
1.01.04	Estoques	53.030	57.599
1.01.06	Tributos a Recuperar	76.580	146.426
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	76.580	146.426
1.01.07	Despesas Antecipadas	178.487	191.087
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.264.858	13.660.663
1.01.08.03	Outros	6.264.858	13.660.663
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	379.088	7.565.968
1.01.08.03.02	Outros Tributos	498.037	232.961
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.213.184	1.348.700
1.01.08.03.04	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	544	4.366
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	3.682.912	3.721.549
1.01.08.03.06	Demais Ativos	491.093	787.119
1.02	Ativo Não Circulante	34.674.057	36.406.755
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.185.342	8.082.659
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.028	4.860
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	5.028	4.860
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	113.022	113.507
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.206.800	4.394.712
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	5.206.800	4.394.712
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.860.492	3.569.580
1.02.01.10.03	Outros Tributos	1.322.701	147.409
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.445.896	3.337.981
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	59.084	64.253
1.02.01.10.06	Demais Ativos	32.811	19.937
1.02.02	Investimentos	16.213.229	16.931.222
1.02.02.01	Participações Societárias	16.213.229	16.931.222
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.199.157	16.917.150
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	14.072	14.072
1.02.03	Imobilizado	7.100.096	6.322.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.282.292	5.862.699
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	664.761	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	153.043	460.135
1.02.04	Intangível	1.175.390	5.070.040
1.02.04.01	Intangíveis	1.175.390	5.070.040
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	1.087.791	4.961.425
1.02.04.01.03	Software	61.079	15.685



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	12.489	12.656
1.02.04.01.05	Outros	14.031	80.274





**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	44.371.034	53.516.055
2.01	Passivo Circulante	2.406.214	3.402.850
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	129.258	157.451
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	129.258	157.451
2.01.02	Fornecedores	989.896	1.301.537
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	989.896	1.301.537
2.01.02.01.01	Fornecedores	812.278	1.231.040
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	177.618	70.497
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	963
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	963
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	963
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	130.373	660.172
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	130.373	660.172
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.283	402
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	126.090	659.770
2.01.05	Outras Obrigações	892.388	853.652
2.01.05.02	Outros	892.388	853.652
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.037	5.075
2.01.05.02.04	Outros Tributos	248.310	233.714
2.01.05.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	0	22.925
2.01.05.02.06	Arrendamentos a Pagar	110.306	0
2.01.05.02.07	Programa de Refinanciamento Fiscal	55.710	86.154
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	473.025	505.784
2.01.06	Provisões	264.299	429.075
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	264.299	429.075
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	7.206	6.728
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	111.175	82.597
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	145.918	339.750
2.02	Passivo Não Circulante	22.047.575	27.460.885
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.343.013	9.297.642
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.343.013	9.297.642
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.566.695	3.184.085
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.776.318	6.113.557
2.02.02	Outras Obrigações	9.517.862	15.481.729
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	692.672	377.184
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	692.672	377.184
2.02.02.02	Outros	8.825.190	15.104.545
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	957.296	942.845
2.02.02.02.04	Outros Tributos	229.063	222.995
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	548.335	0
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	225.739	267.342
2.02.02.02.07	Provisão para Patrimônio Líquido Negativo	4.553.276	11.434.504
2.02.02.02.08	Demais Obrigações	2.311.481	2.236.859
2.02.04	Provisões	2.186.700	2.681.514
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.186.700	2.681.514
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	63.989	77.142



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	520.225	375.915
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	621.423	579.122
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	981.063	1.649.335
2.03	Patrimônio Líquido	19.917.245	22.652.320
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.038.471
2.03.02	Reservas de Capital	12.873.890	8.729.745
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-2.803.250
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimentos	123.558	123.558
2.03.02.08	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	6.703.309	6.703.309
2.03.02.09	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.10	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.11	"Senior Notes" Reestruturados	0	3.719
2.03.02.12	Outras Reservas de Capital	3.552.801	2.174.872
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-24.465.485	-17.530.108
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-793.746	-377.429
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-236.351	-208.359



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	910.513	2.862.889	1.092.320	3.442.310
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-787.351	-2.360.142	-842.561	-2.442.075
3.03	Resultado Bruto	123.162	502.747	249.759	1.000.235
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.084.374	-6.543.897	-2.040.205	-679.580
3.04.01	Despesas com Vendas	-196.007	-622.837	-189.119	-608.240
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-206.862	-637.625	-214.047	-660.612
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	186.116	1.491.745	191.297	448.953
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.026.882	-3.065.809	-50.831	24.209
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.840.739	-3.709.371	-1.777.505	116.110
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.961.212	-6.041.150	-1.790.446	320.655
3.06	Resultado Financeiro	-788.190	-697.178	304.167	27.413.914
3.06.01	Receitas Financeiras	1.894.079	3.055.123	3.296.716	33.468.782
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.682.269	-3.752.301	-2.992.549	-6.054.868
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.749.402	-6.738.328	-1.486.279	27.734.569
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.513	797	149.892	214.723
3.08.01	Corrente	2.513	797	-3.579	-23.594
3.08.02	Diferido	0	0	153.471	238.317
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.746.889	-6.737.531	-1.336.387	27.949.292
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.746.889	-6.737.531	-1.336.387	27.949.292
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,97000	-1,13000	-0,58000	22,92000
3.99.01.02	PN	-0,97000	-1,13000	-0,58000	22,92000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,97000	-1,13000	-0,58000	22,92000
3.99.02.02	PN	-0,97000	-1,13000	-0,58000	22,92000



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.746.889	-6.737.531	-1.336.387	27.949.292
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-39.499	-27.992	-12.252	-53.781
4.02.01	Perda Atuarial	-11.320	-11.320	0	0
4.02.02	Ganho atuarial reflexo	4.329	4.329	-12.252	-53.781
4.02.03	Variação cambial sobre investimento no exterior	-32.508	-21.001	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.786.388	-6.765.523	-1.348.639	27.895.511



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.260.612	-55.117
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.025.944	1.074.631
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-6.738.328	27.734.569
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	1.476.942	-286.960
6.01.01.03	Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos	-316.163	-23.863.893
6.01.01.04	Ajuste a valor presente de outros passivos	87.981	-284.693
6.01.01.05	Ganho na reestruturação de empréstimos com terceiros	0	-3.269.445
6.01.01.06	Operação com instrumentos financeiros derivativos	-55.025	0
6.01.01.07	Depreciação e amortização	1.357.191	1.269.812
6.01.01.08	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	91.049	66.640
6.01.01.09	Perdas com imparidade	3.341.842	0
6.01.01.10	Provisões/(Reversões)	-380.440	-124.753
6.01.01.11	Provisão para fundos de pensão	158	155
6.01.01.12	Equivalência patrimonial	3.709.371	-116.110
6.01.01.13	Perda na baixa de ativo permanente	29.756	52.309
6.01.01.14	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	60.371	17.654
6.01.01.15	Participação de empregados e administradores	25.934	14.469
6.01.01.16	Recuperação de tributos	-1.465.307	0
6.01.01.17	Atualização monetária de provisões/(reversões)	209.990	-49.584
6.01.01.18	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	7.495	17.461
6.01.01.19	Outros	-416.873	-103.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.301.655	-1.114.603
6.01.02.01	Contas a receber	-234.534	-371.550
6.01.02.02	Estoques	4.569	8.171
6.01.02.03	Tributos	-70.504	37.775
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-98.039	-176.784
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	127.742	178.865
6.01.02.06	Fornecedores	-682.186	-789.196
6.01.02.07	Salários, encargos sociais e benefícios	-54.127	-54.193
6.01.02.08	Autorizações e Concessões	-51.898	0
6.01.02.09	Provisões	-217.578	-101.928
6.01.02.10	Outras contas ativas e passivas	-25.100	154.237
6.01.03	Outros	-984.901	-15.145
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos - Dívida	-924.688	-11.806
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-2.766	-3.339
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-57.447	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.635.491	-2.235.082
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-676.314	-575.007
6.02.02	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberações	0	-21.835
6.02.03	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimentos	162	107.620
6.02.04	(Aumento)/Redução de investimentos permanentes	0	18
6.02.05	Depósitos e bloqueios judiciais	-246.317	-353.277



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.02.06	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	377.378	555.080
6.02.07	Aumento de capital em controlada	9.600	-1.947.681
6.02.08	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	-2.100.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.840.574	-118.444
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-84	0
6.03.03	Recebimento de operações de instrumentos financeiros derivativos	66.926	0
6.03.04	Débitos com partes relacionadas e debêntures - Pagamentos	0	-110
6.03.05	Aumento de capital	4.000.000	0
6.03.06	Prêmio de compromisso a investidores	-58.489	0
6.03.07	Programa de refinanciamento fiscal	-79.542	-118.292
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-38	-42
6.03.09	Arrendamento	-85.627	0
6.03.10	Recompra de ações	-2.572	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	9.296
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-55.529	-2.399.347
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.669.059	3.875.141
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.613.530	1.475.794



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	4.144.145	0	-197.846	0	4.446.765
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572
5.04.08	Acordo Pharol	0	-2.462.799	0	0	0	-2.462.799
5.04.09	Acordo Pharol	0	2.772.507	0	-197.846	0	2.574.661
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.737.531	-444.309	-7.181.840
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.737.531	0	-6.737.531
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-444.309	-444.309
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-416.317	-416.317
5.05.02.07	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.992	-27.992
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.873.890	0	-24.465.485	-1.030.097	19.917.245



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.600.097	-10.600.097	0	1.212	0	1.212
5.04.01	Aumentos de Capital	10.600.097	-10.600.097	0	0	0	0
5.04.08	Incorporação de Controlada	0	0	0	1.212	0	1.212
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.949.292	-53.781	27.895.511
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.949.292	0	27.949.292
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-53.781	-53.781
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-53.781	-53.781
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	11.613.980	0	282.135	0	11.896.115
5.06.04	Efeitos da Adoção Inicial dos IFRS 9 e 15	0	0	0	282.135	0	282.135
5.06.05	Efeitos da Reestruturação de "Senior Notes" conforme Plano de Recuperação Judicial	0	11.613.980	0	0	0	11.613.980
5.06.06	Entrega de Ações em Tesouraria	0	2.727.842	0	0	0	2.727.842
5.06.07	Entrega de Ações em Tesouraria	0	-2.727.842	0	0	0	-2.727.842
5.07	Saldos Finais	32.038.471	8.725.165	0	-14.103.286	-673.492	25.986.858





**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	5.174.782	5.186.386
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.776.999	4.584.466
7.01.02	Outras Receitas	1.488.832	668.560
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-91.049	-66.640
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.771.391	-1.848.876
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-71.371	-110.088
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.632.421	-1.664.398
7.02.04	Outros	-67.599	-74.390
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.403.391	3.337.510
7.04	Retenções	-4.558.289	-1.348.369
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.357.191	-1.269.812
7.04.02	Outras	-3.201.098	-78.557
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	170.450	-48.564
7.04.02.02	Perdas com Imparidade	-3.341.842	0
7.04.02.03	Outras Despesas	-29.706	-29.993
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.154.898	1.989.141
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-654.248	33.584.892
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.709.371	116.110
7.06.02	Receitas Financeiras	3.055.123	33.468.782
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.809.146	35.574.033
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.809.146	35.574.033
7.08.01	Pessoal	271.806	275.992
7.08.01.01	Remuneração Direta	194.497	196.595
7.08.01.02	Benefícios	56.151	57.132
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.945	16.867
7.08.01.04	Outros	5.213	5.398
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	714.174	649.445
7.08.02.01	Federais	-42.627	-333.952
7.08.02.02	Estaduais	744.773	966.378
7.08.02.03	Municipais	12.028	17.019
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.942.405	6.699.304
7.08.03.01	Juros	3.618.166	6.275.032
7.08.03.02	Aluguéis	324.239	424.272
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.737.531	27.949.292
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.737.531	27.949.292



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	72.866.528	65.437.797
1.01	Ativo Circulante	20.154.514	21.313.484
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.978.526	4.385.329
1.01.02	Aplicações Financeiras	178.598	201.975
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	178.598	201.975
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	178.598	201.975
1.01.03	Contas a Receber	6.616.234	6.516.555
1.01.03.01	Clientes	6.616.234	6.516.555
1.01.04	Estoques	317.933	317.503
1.01.06	Tributos a Recuperar	493.385	621.246
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	493.385	621.246
1.01.07	Despesas Antecipadas	853.670	743.953
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.716.168	8.526.923
1.01.08.03	Outros	8.716.168	8.526.923
1.01.08.03.02	Outros Tributos	1.476.577	803.252
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.520.873	1.715.934
1.01.08.03.04	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	766	4.880
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	4.870.208	4.923.187
1.01.08.03.06	Demais Ativos	847.744	1.079.670
1.02	Ativo Não Circulante	52.712.014	44.124.313
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.145.839	8.632.464
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	34.767	36.987
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	34.767	36.987
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	23.050
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	23.050
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	584.251	522.550
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.526.821	8.049.877
1.02.01.10.03	Outros Tributos	3.062.830	715.976
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	6.956.066	7.018.786
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	63.384	64.253
1.02.01.10.06	Demais Ativos	444.541	250.862
1.02.02	Investimentos	118.184	117.840
1.02.02.01	Participações Societárias	118.184	117.840
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	47.643	44.124
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	28.069	31.488
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	42.472	42.228
1.02.03	Imobilizado	38.506.466	28.425.563
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.041.047	25.073.950
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.057.731	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.407.688	3.351.613
1.02.04	Intangível	2.941.525	6.948.446
1.02.04.01	Intangíveis	2.941.525	6.948.446
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	1.866.533	5.850.907
1.02.04.01.03	Software	927.913	865.233



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	10.703	27.195
1.02.04.01.05	Outros	136.376	205.111



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	72.866.528	65.437.797
2.01	Passivo Circulante	11.923.361	10.689.459
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	942.472	906.655
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	942.472	906.655
2.01.02	Fornecedores	5.900.431	5.225.862
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.900.431	5.225.862
2.01.02.01.01	Fornecedores	5.186.659	5.024.260
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	713.772	201.602
2.01.03	Obrigações Fiscais	47.012	27.026
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	47.012	27.026
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	47.012	27.026
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	138.842	672.894
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	138.842	672.894
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.678	13.124
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	127.164	659.770
2.01.05	Outras Obrigações	4.379.570	3.176.480
2.01.05.02	Outros	4.379.570	3.176.480
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.156	6.168
2.01.05.02.04	Outros Tributos	956.370	1.033.868
2.01.05.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	39.071	85.619
2.01.05.02.06	Arrendamentos a Pagar	1.505.995	0
2.01.05.02.07	Programa de Refinanciamento Fiscal	87.016	142.036
2.01.05.02.08	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	525.606	526.870
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	1.259.356	1.381.919
2.01.06	Provisões	515.034	680.542
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	515.034	680.542
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	26.275	14.925
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	214.224	174.694
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	274.535	490.923
2.02	Passivo Não Circulante	40.862.172	31.852.527
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.766.446	15.777.012
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.766.446	15.777.012
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.449.769	7.620.016
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.316.677	8.156.996
2.02.02	Outras Obrigações	17.697.495	11.138.215
2.02.02.02	Outros	17.697.495	11.138.215
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	3.255.450	3.593.008
2.02.02.02.04	Outros Tributos	690.144	628.716
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	6.725.444	0
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	353.573	411.170
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	6.672.884	6.505.321
2.02.03	Tributos Diferidos	177.116	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	177.116	0
2.02.04	Provisões	5.221.115	4.937.300
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.221.115	4.937.300
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	742.557	635.158



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.779.554	1.282.487
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	621.423	579.122
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.077.581	2.440.533
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	20.080.995	22.895.811
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.038.471
2.03.02	Reservas de Capital	12.873.890	8.729.745
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-2.803.250
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimentos	123.558	123.558
2.03.02.08	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	6.703.309	6.703.309
2.03.02.09	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.10	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.11	"Senior Notes" Reestruturados	0	3.719
2.03.02.12	Outras Reservas de Capital	3.552.801	2.174.872
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-24.465.485	-17.530.108
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-793.746	-377.429
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-236.351	-208.359
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	163.750	243.491



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.001.232	15.222.613	5.481.370	16.694.936
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.829.421	-11.562.503	-4.078.693	-12.111.143
3.03	Resultado Bruto	1.171.811	3.660.110	1.402.677	4.583.793
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.370.735	-6.232.366	-1.408.416	-4.158.425
3.04.01	Despesas com Vendas	-931.331	-2.689.618	-908.811	-2.753.994
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-710.348	-2.090.203	-649.703	-2.025.032
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.116.808	3.257.537	537.604	1.477.638
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.845.624	-4.708.553	-380.583	-843.195
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-240	-1.529	-6.923	-13.842
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.198.924	-2.572.256	-5.739	425.368
3.06	Resultado Financeiro	-2.375.971	-3.951.382	-1.455.378	27.524.961
3.06.01	Receitas Financeiras	1.499.447	2.829.768	731.509	31.195.560
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.875.418	-6.781.150	-2.186.887	-3.670.599
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.574.895	-6.523.638	-1.461.117	27.950.329
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-208.610	-290.349	126.136	7.929
3.08.01	Corrente	-84.966	-90.183	1.768	60.869
3.08.02	Diferido	-123.644	-200.166	124.368	-52.940
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.783.505	-6.813.987	-1.334.981	27.958.258
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-5.783.505	-6.813.987	-1.334.981	27.958.258
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.746.889	-6.737.531	-1.336.387	27.949.292
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-36.616	-76.456	1.406	8.966
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,97000	-1,13000	-0,58000	22,92000
3.99.01.02	PN	-1,97000	-1,13000	-0,58000	22,92000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,97000	-1,13000	-0,58000	22,92000
3.99.02.02	PN	-0,97000	-1,13000	-0,58000	22,92000



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-5.783.505	-6.813.987	-1.334.981	27.958.258
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-57.864	-31.277	-16.937	-80.350
4.02.01	Ganho (Perda) Atuarial	-6.991	-6.991	0	0
4.02.02	Varição cambial sobre investimento no exterior	-50.873	-24.286	-16.937	-80.350
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-5.841.369	-6.845.264	-1.351.918	27.877.908
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.786.388	-6.765.523	-1.348.639	27.895.511
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-54.981	-79.741	-3.279	-17.603



**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	948.999	2.251.935
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.598.257	4.711.163
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-6.523.638	27.950.329
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	2.780.235	-2.189.808
6.01.01.03	Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos	82.356	-14.488.842
6.01.01.04	Ajuste a valor presente de outros passivos	815.999	-796.057
6.01.01.05	Ganho na reestruturação de empréstimos com terceiros	0	-11.054.126
6.01.01.06	Operação com instrumentos financeiros derivativos	-55.025	0
6.01.01.07	Depreciação e amortização	5.171.189	4.324.720
6.01.01.08	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	427.122	565.572
6.01.01.09	Perdas com imparidade	3.341.842	0
6.01.01.10	Provisões/(Reversões)	186.128	11.339
6.01.01.11	Provisão para fundos de pensão	193	195
6.01.01.12	Equivalência patrimonial	1.529	13.842
6.01.01.13	Perda na baixa de ativo permanente	106.887	173.529
6.01.01.14	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	263.927	52.721
6.01.01.15	Participação de empregados e administradores	132.855	109.180
6.01.01.16	Recuperação de tributos	-2.909.177	0
6.01.01.17	Atualização monetária de provisões/(reversões)	721.527	166.443
6.01.01.18	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	12.986	22.626
6.01.01.19	Outros	41.322	-150.500
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.530.083	-1.834.006
6.01.02.01	Contas a receber	-526.852	-846.140
6.01.02.02	Estoques	58	9.036
6.01.02.03	Tributos	-303.867	-40.127
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-224.668	-746.127
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	265.563	801.236
6.01.02.06	Fornecedores	-680.044	-1.063.820
6.01.02.07	Salários, encargos sociais e benefícios	-96.324	-184.718
6.01.02.08	Autorizações e concessões	-127.313	0
6.01.02.09	Provisões	-378.841	-295.233
6.01.02.10	Variação de ativos e passivos mantidos para venda	-146.791	-248.561
6.01.02.11	Outras contas ativas e passivas	-311.004	780.448
6.01.03	Outros	-1.119.175	-625.222
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos - Dívida	-926.037	-13.840
6.01.03.02	Encargos financeiros pagos - Outros	-351	-288
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-33.323	-484.021
6.01.03.04	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-159.464	-127.073
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.034.474	-3.703.022
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-5.245.591	-3.884.462
6.02.02	(Aumento)/Redução de investimentos permanentes	70.048	15.122
6.02.03	Depósitos e bloqueios judiciais	-395.351	-669.840





**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.02.04	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	536.420	836.158
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.678.672	-362.288
6.03.01	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-9.435	-161.884
6.03.02	Recebimento de operações de instrumentos financeiros derivativos	66.926	0
6.03.03	Aumento de capital	4.000.000	0
6.03.04	Prêmio de compromisso a investidores	-58.489	0
6.03.05	Autorizações e concessões	0	-161
6.03.06	Programa de refinanciamento fiscal	-125.603	-200.206
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-12	-37
6.03.08	Arrendamento	-1.192.143	0
6.03.09	Recompra de ações	-2.572	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	19.812
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.406.803	-1.793.563
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.385.329	6.862.684
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.978.526	5.069.121



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	4.144.145	0	-197.846	0	4.446.765	0	4.446.765
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572	0	-2.572
5.04.08	Acordo Pharol	0	-2.462.799	0	0	0	-2.462.799	0	-2.462.799
5.04.09	Acordo Pharol	0	2.772.507	0	-197.846	0	2.574.661	0	2.574.661
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.737.531	-444.309	-7.181.840	-79.741	-7.261.581
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.737.531	0	-6.737.531	-76.456	-6.813.987
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-444.309	-444.309	-3.285	-447.594
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-416.317	-416.317	0	-416.317
5.05.02.07	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.992	-27.992	-3.285	-31.277
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.873.890	0	-24.465.485	-1.030.097	19.917.245	163.750	20.080.995



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980	293.457	-13.512.523
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980	293.457	-13.512.523
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.600.097	-10.600.097	0	1.212	0	1.212	0	1.212
5.04.01	Aumentos de Capital	10.600.097	-10.600.097	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Incorporação de Controlada	0	0	0	1.212	0	1.212	0	1.212
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.949.292	-53.781	27.895.511	-17.603	27.877.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.949.292	0	27.949.292	8.966	27.958.258
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-53.781	-53.781	-26.569	-80.350
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-53.781	-53.781	-26.569	-80.350
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	11.613.980	0	282.135	0	11.896.115	0	11.896.115
5.06.04	Efeitos da Adoção Inicial dos IFRS 9 e 15	0	0	0	282.135	0	282.135	0	282.135
5.06.05	Efeitos da Reestruturação de "Senior Notes" conforme Plano de Recuperação Judicial	0	11.613.980	0	0	0	11.613.980	0	11.613.980
5.06.06	Entrega de Ações em Tesouraria	0	2.727.842	0	0	0	2.727.842	0	2.727.842
5.06.07	Entrega de Ações em Tesouraria	0	-2.727.842	0	0	0	-2.727.842	0	-2.727.842
5.07	Saldos Finais	32.038.471	8.725.165	0	-14.103.286	-673.492	25.986.858	275.854	26.262.712



**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	22.328.181	22.941.065
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.512.473	21.868.950
7.01.02	Outras Receitas	3.242.830	1.637.687
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-427.122	-565.572
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.886.333	-7.855.408
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-501.280	-635.837
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.700.063	-6.531.461
7.02.04	Outros	-684.990	-688.110
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.441.848	15.085.657
7.04	Retenções	-9.822.764	-4.806.658
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.171.189	-4.324.720
7.04.02	Outras	-4.651.575	-481.938
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-907.655	-333.869
7.04.02.02	Perdas com Imparidade	-3.341.842	0
7.04.02.03	Outras Despesas	-402.078	-148.069
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.619.084	10.278.999
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.828.239	31.181.718
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.529	-13.842
7.06.02	Receitas Financeiras	2.829.768	31.195.560
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.447.323	41.460.717
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.447.323	41.460.717
7.08.01	Pessoal	1.632.073	1.665.821
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.163.349	1.205.179
7.08.01.02	Benefícios	328.734	320.562
7.08.01.03	F.G.T.S.	98.117	103.377
7.08.01.04	Outros	41.873	36.703
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.458.982	4.899.716
7.08.02.01	Federais	786.107	505.707
7.08.02.02	Estaduais	3.443.314	4.164.032
7.08.02.03	Municipais	229.561	229.977
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.170.255	6.936.922
7.08.03.01	Juros	6.156.643	3.747.054
7.08.03.02	Aluguéis	2.013.612	3.189.868
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.813.987	27.958.258
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.737.531	27.949.292
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-76.456	8.966



## Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

### Transações não caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Varição entre investimento econômico e financeiro (aquisição de imobilizado e intangível)	273.608	319.683	718.379	257.678
Compensação de depósitos judiciais contra provisões e outras obrigações	102.485	128.872	272.663	762.133
Aumento de capital	337.475		337.475	
Aumento de capital em controladas	7.437.061			
Liquidação de obrigações com ações próprias (Notas 1 e 25 (b))	46.680		46.680	

### Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos

As movimentações de encargos financeiros e liquidação de dívidas resultantes de atividades de financiamentos são apresentadas na Nota 19.

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intrarregional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações através de subsidiárias e participadas da Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), e na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom (Nota 29).

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada Telemar junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. No final de 2018, a ANATEL publicou a Consulta Pública nº 51/2018 para tratar da revisão dos Contratos de Concessão para o seu último quinquênio (2021/2025). O período de contribuição da Consulta Pública se encerrou no dia 26 de março de 2019, estando o texto em análise pela ANATEL. Vale observar que a recém publicada Lei nº 13.879/2019 abre a possibilidade legal de migração do regime público para o regime privado de prestação do STFC (ainda sujeito à regulamentação pela ANATEL), assim como a possibilidade de renovação da Concessão por 20 anos.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ” ou “Plano”), a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como avaliar a sua capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Em março de 2019 a ANATEL decidiu, dentre outros pontos, manter o acompanhamento especial da prestação de serviços de telecomunicações pelas empresas integrantes do Grupo Oi para o

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício de 2019, com a imposição de medidas relacionadas à transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no dia 8 de maio de 2019.

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGMU, aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGMU, destaca-se o fato de que o Novo PGMU apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público (“TUP”). Em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias passarão a implantar, dentre outras obrigações, sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

### **Autorização Societária**

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 29 de novembro de 2019, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do mesmo dia.

### **Recuperação Judicial**

As informações relativas ao Plano devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 20 de junho de 2016, as Empresas Oi ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“ Processo de Recuperação Judicial”).

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores foi instalada, tendo o PRJ sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018, o juízo competente proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018.

Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital previsto no PRJ Aumento de Capital - Capitalização de Créditos.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ (“Aumento de Capital - Novos Recursos”), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Companhia, suas controladas e os Investidores “*Backstoppers*”.

A lei dispõe que cabe ao juízo da RJ decidir sobre o encerramento da supervisão judicial a partir da análise do cumprimento de todas as obrigações previstas no plano, que se vencerem até dois anos da decisão que concedeu a recuperação judicial.

A Companhia entende, na linha de outros precedentes judiciais, que a prerrogativa do juízo da RJ para decidir sobre o tema de encerramento ou não da supervisão judicial pode e deve levar em consideração as circunstâncias específicas do caso concreto, dadas as complexidades inerentes ao processo de recuperação judicial da Oi e do seu PRJ homologado. Neste sentido, a Companhia está discutindo, internamente e em conjunto com os seus assessores, a melhor forma, a partir do seu caso concreto, para levar ao juízo os elementos para contribuir na sua convicção para a tomada de sua decisão.

#### **Aumento de Capital – Novos Recursos**

##### Exercício de Bônus de Subscrição e *American Depositary Warrants* – “ADWs”

Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados.

##### Oferta preferencial e conclusão do Aumento de Capital – Novos Recursos, nos termos do contrato de compromisso

Conforme previsto na Cláusula 6 do PRJ, em 13 de novembro de 2018 a Companhia iniciou uma oferta preferencial de ações ordinárias, registrada junto à SEC nos termos do “*Securities Act*”, no âmbito da qual os titulares de ações ordinárias e preferenciais, incluindo o Depositário de ADS’s – “*American Depositary Shares*” e o *The Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário do programa de ADS’s preferenciais, receberam direitos de subscrição transferíveis para cada ação ordinária e preferencial detida a partir de 19 de novembro de 2018.

Os direitos de subscrição expiraram em 4 de janeiro 2019. Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham exercido esses direitos em relação às ações ordinárias iniciais. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham solicitado subscrições de sobras de ações ordinárias. O montante dessas subscrições foi de R\$ 2.011 milhões.

Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu para os Investidores “*Backstoppers*”, em uma colocação privada, 1.604.268.162 ações ordinárias, correspondentes ao número total de ações ordinárias que foi oferecido na oferta preferencial menos o número total de ações ordinárias iniciais e de sobras de ações ordinárias, nos termos do contrato de compromisso, pelo valor total de R\$ 1.989 milhões (“Saldo de Ações”). Em vista da subscrição e integralização do Saldo de Ações, a Companhia





NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concluiu, nesta data, o Aumento de Capital - Novos Recursos mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.806.451 novas ações ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Companhia no valor total de R\$ 4,0 bilhões. Ademais, segundo os termos do contrato de compromisso, nessa data, a Companhia emitiu, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, 272.148.705 ações ordinárias em uma colocação privada destinadas aos Investidores “*Backstoppers*”, bem como pagou US\$ 13 milhões a esses investidores. Como resultado da subscrição e integralização das Ações do Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

### Acordo de encerramento de litígios entre a Companhia e a Pharol

Em 8 de fevereiro de 2019, de forma a pôr fim a quaisquer disputas que pudessem prejudicar a implementação do PRJ, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que seu Conselho de Administração aprovou, em conformidade com a Instrução CVM nº 567/2015, a aquisição de 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria Companhia com o objetivo de assegurar o cumprimento de compromisso assumido pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à Bratel, subsidiária integral da Pharol SGPS, S.A., no contexto de acordo celebrado entre elas, objeto de Fato Relevante de 8 de janeiro de 2019 (“Acordo”), em operações cursadas no mercado organizado de bolsa da B3 para a entrega das ações em tesouraria à Bratel, que ocorreria em até quatro dias úteis contados da data de homologação do Acordo pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Em 18 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão suspendendo o conflito de competência nº 157.099 pelo prazo requerido pelas partes.

Em 3 de abril de 2019, a Companhia divulgou comunicado ao mercado para informar sobre a homologação do Acordo, acima mencionado, em razão do transcurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis da publicação da decisão judicial que a deferiu. Desta forma, conforme determinado no Acordo, iniciou-se, nessa mesma data, o prazo para cumprimento da segunda parte das obrigações previstas para ambas as partes do Acordo, incluindo (a) o pedido de extinção da totalidade dos litígios envolvendo as partes e (b) a entrega à Bratel de 33,8 milhões ações da Oi que estão em sua Tesouraria, sendo 32 milhões ações ordinárias e 1,8 milhões ações preferenciais.

Além disso, aperfeiçoam-se de forma integral diversas obrigações e direitos das partes descritos no Fato Relevante divulgado pela Oi e no Comunicado divulgado pela Pharol, ambos em 9 de janeiro de 2019, que, nos termos do Acordo, poderiam ser resolvidos em caso de não homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial.

### Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano - *Bondholders*

Em 20 de maio de 2019, em estrita observância à decisão proferida no âmbito do *Chapter 15* que determinava que o cancelamento das notas com Lei de Nova York deveria ocorrer até 14 de junho de 2019, a Companhia anunciou que iniciou o procedimento para que os detentores das notas (a) Portugal Telecom International Finance B.V. €500.000.000 4,375% com vencimento em 2017 (ISIN Nº:

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

XS0215828913); (b) Portugal Telecom International Finance B.V. €750.000.000 5,875% com vencimento em 2018 (ISIN N°: XS0843939918); (c) Portugal Telecom International Finance B.V.'s €750.000.000 5,00% com vencimento em 2019 (ISIN N°: XS0462994343); (d) Portugal Telecom International Finance B.V.'s €1.000.000.000 4,625% com vencimento em 2020 (ISIN N°: XS0927581842); (e) Portugal Telecom International Finance B.V.'s €500.000.000 4,5% com vencimento em 2025 (ISIN N°: XS0221854200); (f) Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.'s €600.000.000 5,625% com vencimento em 2021 (ISIN N°: XS1245245045); (g) Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.'s US\$1.500.000.000 5,75% com vencimento em 2022 (ISIN N°: US10553MAD39); (h) Oi S.A.'s €750.000.000 5,125% com vencimento em 2017 (ISIN N°: XS0569301327); (i) Oi S.A.'s US\$750.000.000 9,500% com vencimento em 2019 (ISIN N°: 87944LAD1); (j) Oi S.A.'s BRL1.100.000.000 9,75% com vencimento em 2016 (ISIN N°: US10553MAC55); e (k) Oi S.A.'s US\$1.000.000.000 5,500% com vencimento em 2020 (ISIN N°: 144A: US87944LAE92) (as “Notas Legadas”) pudessem comprovar seus respectivos direitos para receberem em data futura ou nas datas de pagamento da Companhia de acordo com a Cláusula 4.3.6 do Plano. Em 14 de junho de 2019, as Notas Legadas foram devidamente canceladas.

O procedimento acima detalhado não é aplicável aos detentores das Notas emitidas pela Portugal Telecom International Finance B.V. – em Recuperação Judicial 6,25% com vencimento em 2016 (ISIN N°: PTPTCYOM0008). A Companhia fornecerá, no momento adequado, as informações sobre o procedimento para registro dos beneficiários da Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano com relação a tal série.

### Continuidade das operações

As Informações Trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2019, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos recalculados nos termos e condições do PRJ, incluindo o aumento de capital com Capitalização de Créditos e o aumento de capital com Novos Recursos.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 30 de setembro de 2019, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 20.080.995 (R\$ 19.917.245 na Controladora), o prejuízo do período montava a R\$ 6.813.987 (R\$ 6.737.531 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 8.231.153 (R\$ 7.290.763 na controladora). Em 31 de dezembro de 2018, e após o registro dos efeitos do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 22.895.811 (R\$ 22.652.320 na

Controladora), o lucro líquido do exercício montava a R\$ 24.615.555 (R\$ 24.591.140 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 10.624.025 (R\$ 13.706.450 na controladora).

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

### (a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2019 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de setembro de 2019 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2018, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2018, conforme item (b) desta nota explicativa.

Os ativos e passivos relacionados às operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração de resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como “operação descontinuada” em consonância com o CPC 31 / IFRS 5.

### Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a: (i) Reconhecimento de receita e contas a receber; (ii) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida; (iv) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração; (v) Valor justo de passivos financeiros; (vi) Provisões; (vii) Valor justo de ativos financeiros; (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos; (ix) Benefícios a empregados e (x) Arrendamentos.

Com relação ao item (iv) acima, os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso ou do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Informações Trimestrais.

Em 16 de julho de 2019, a Companhia divulgou ao mercado em geral, por meio de fato relevante, o seu plano estratégico, aprovado pelo Conselho de Administração, com foco na melhoria da performance operacional e financeira, através de um modelo de negócio sustentável, com o objetivo de maximizar o valor da Companhia, no contexto do processo de recuperação judicial.

Em 30 de setembro de 2019, com base neste plano estratégico, a Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos de vida útil definida e de longa duração e identificou uma perda ao valor recuperável de R\$ 3.342 milhões ocasionada, substancialmente, pelos seguintes fatores: (i) revisão do referido plano; (ii) aumento da competitividade no mercado, especialmente residencial, aumentando a queda do Cobre e DTH.

Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos.

Ao mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com o plano estratégico mencionado acima, aprovado pela administração e já divulgado ao mercado em fato relevante. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRJ e estão consistentes com os anos anteriores. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 10,94% (31/12/2018 - 11,55%), o qual é revisado, no mínimo, anualmente pela Companhia.

De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade. Neste contexto, a perda ao valor recuperável foi integralmente alocada à mais valia de licenças regulatórias (Notas 5 e 17).

### Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa.

### Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo nenhuma das quais operando em condições de economia hiperinflacionária cuja moeda funcional seja diferente da moeda de apresentação, são convertidos para a moeda de apresentação, como segue:

- (i) os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- (iii) todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- (iv) ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018
Euro	4,5425	4,4390	4,3679	4,2969
Dólar Norte Americano	4,1644	3,8748	3,8887	3,6055
Escudo de Cabo Verde	0,0412	0,0403	0,0396	0,039
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000198	0,000185	0,000185	0,000176
Xelim Queniano	0,0401	0,0381	0,0382	0,0357
Dólar da Namíbia	0,2749	0,2698	0,2708	0,2795
Metical de Moçambique	0,0669	0,0627	0,0619	0,0595
Kwanza	0,0113	0,0126	0,0118	0,0155

**Informações por segmentos**

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Os resultados são analisados frequentemente em relação aos recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

**Reclassificações de saldos contábeis do período comparativo**

A Companhia efetuou algumas reclassificações na demonstração do resultado referentes ao período findo em 30 de setembro de 2018 para melhor comparabilidade, compreensão das transações e saldos nas informações contábeis, individuais e consolidadas, do período findo em 30 de setembro de 2019. Essas reclassificações não afetaram o resultado do período e nem o patrimônio líquido da Companhia naquela data. Abaixo destacamos as reclassificações apresentadas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Apresentação atual 30/09/2018	Apresentação original 30/09/2018	Apresentação atual 30/09/2018	Apresentação original 30/09/2018
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.442.075)	(2.398.308)	(12.111.143)	(11.744.615)
Despesas com vendas			(2.753.994)	(2.967.814)
Despesas gerais e administrativas			(2.025.032)	(1.957.961)
Outras despesas operacionais	24.209	(19.558)	(843.195)	(1.062.974)

**(b) Novas normas, alterações e interpretações de normas**

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Melhorias anuais na IFRS	Ciclo 2015-2017	1 de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos	1 de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda	1 de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
Alteração no IAS 28	Participação de longo prazo em coligadas e "joint ventures"	1 de janeiro de 2019

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entre as normas, alterações e interpretações citadas acima, apenas o IFRS 16 / CPC 06 (R2) teve impacto material na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 1 de janeiro de 2019, conforme detalhamento a seguir.

**IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Transição

A Companhia adotou a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optou por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluiu contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos iniciais na mensuração do direito de uso.

Isenções

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impactos

Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis, lojas, veículos e sites (espaço físico) e podem ser observados nas Notas 16 e 21.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no balanço. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, uma estimativa de quaisquer custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data de início do arrendamento (líquidos de quaisquer incentivos recebidos), calculado a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos do direito de uso em bases lineares a partir da data de início do arrendamento ao término do prazo do arrendamento. A Companhia também avalia a perda por recuperabilidade (“*impairment*”) quando tais indicadores existem.

Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente das contraprestações, descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos, pagamentos variáveis baseados em um índice ou taxa.

Após a mensuração inicial, o passivo será reduzido pelos pagamentos efetuados e acrescidos pelos juros incorridos. Caso necessário, o passivo é recalculado para refletir qualquer reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças nos pagamentos fixos em substância.

Quando ocorre modificação contratual substancial, o passivo de arrendamento é remensurado, e o ajuste correspondente é refletido no ativo de direito de uso, ou no resultado, se o ativo de direito de uso já estiver reduzido a zero.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos, para contratos de curto prazo e de baixo valor. Desta forma, ao invés de reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, estes são reconhecidos como uma despesa no resultado, ao longo do prazo do arrendamento.

Para qualquer novo contrato firmado após 1 de janeiro de 2019, a Companhia avaliou individualmente se o contrato contém arrendamento. Um arrendamento é definido como “um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contraprestação”.

Para aplicar esta definição, a Companhia avaliou se o contrato atende a três características principais:

- O contrato contém um ativo identificado, que é explicitamente identificado no contrato ou implicitamente especificado ao ser identificado no momento em que o ativo é disponibilizado para a Companhia;



01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; e
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o período de uso e tem o direito de direcionar "como e com que finalidade" o ativo é usado durante todo o período de uso.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2019, um ativo de direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento à pagar, no montante de R\$ 8,2 bilhões (Notas 16 e 21). Em 30 de setembro de 2019 os montantes reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento à pagar são R\$ 8,1 bilhões e R\$ 8,2 bilhões, respectivamente.

A Companhia adotou as IFRS 16, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

	Saldo em 30/09/2019 (com IFRS 16)	Ajustes IFRS 16	Saldo em 30/09/2019 (sem IFRS 16)	Saldo em 30/09/2018
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	15.222.613		15.222.613	16.694.936
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(11.562.503)	(440.353)	(12.002.856)	(12.111.143)
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>	<b>3.660.110</b>	<b>(440.353)</b>	<b>3.219.757</b>	<b>4.583.793</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.529)		(1.529)	(13.842)
Despesas com vendas	(2.689.618)	(5.564)	(2.695.182)	(2.753.994)
Despesas gerais e administrativas	(2.090.203)	(4.225)	(2.094.428)	(2.025.032)
Outras receitas operacionais	3.257.537		3.257.537	1.477.638
Outras despesas operacionais	(4.708.553)		(4.708.553)	(843.195)
	(6.232.366)	(9.789)	(6.242.155)	(4.158.425)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(2.572.256)</b>	<b>(450.142)</b>	<b>(3.022.398)</b>	<b>425.368</b>
Receitas financeiras	2.829.768		2.829.768	31.195.560
Despesas financeiras	(6.781.150)	710.147	(6.071.003)	(3.670.599)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.951.382)</b>	<b>710.147</b>	<b>(3.241.235)</b>	<b>27.524.961</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>(6.523.638)</b>	<b>260.005</b>	<b>(6.263.633)</b>	<b>27.950.329</b>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(90.183)		(90.183)	60.869
Diferido	(200.166)		(200.166)	(52.940)
<b>Lucro (Prejuízo) do período</b>	<b>(6.813.987)</b>	<b>260.005</b>	<b>(6.553.982)</b>	<b>27.958.258</b>

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2019			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	149.887	149.887	237.734	237.734
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.463.643	1.463.643	2.740.792	2.740.792
Aplicações financeiras	Valor justo	178.348	178.348	213.365	213.365
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	5.585.888	5.585.888		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.337.172	1.337.172	6.616.234	6.616.234
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo			47.475	47.475
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 29)	Valor justo	1.583.146	1.583.146	1.583.146	1.583.146
Dividendos a receber (Nota 29)	Custo amortizado	2.746.026	2.746.026	2.746.026	2.746.026
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.947.192	1.947.192	9.155.881	9.155.881
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.021.746	2.021.746	6.933.484	6.933.484
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	692.672	692.672		
Debêntures públicas	Custo amortizado	2.263.188	2.263.188	4.783.352	4.783.352
“Senior Notes”	Custo amortizado	6.188.452	6.554.128	6.188.452	6.554.128
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.037	5.037	6.156	6.156
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			39.071	39.071
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	281.449	281.449	440.589	440.589
Arrendamentos a pagar (iv)	Custo amortizado	658.641	658.641	8.231.439	8.231.439

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2018			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.454	152.454	287.491	287.491
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.516.605	1.516.605	4.097.838	4.097.838
Aplicações financeiras	Valor justo	195.639	195.639	238.962	238.962
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	11.960.680	11.960.680		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.193.687	1.193.687	6.516.555	6.516.555
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 29)	Valor justo	1.843.778	1.843.778	1.843.778	1.843.778
Dividendos a receber (Nota 29)	Custo amortizado	2.566.935	2.566.935	2.566.935	2.566.935
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	2.244.382	2.244.382	8.818.870	8.818.870
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.759.635	1.759.635	7.140.960	7.140.960
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	377.184	377.184		
Debêntures públicas	Custo amortizado	1.992.339	1.992.339	3.103.106	3.103.106
“Senior Notes”	Custo amortizado	6.205.840	6.937.764	6.205.840	6.937.764
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.075	5.075	6.168	6.168
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	22.925	22.925	85.619	85.619
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	353.496	353.496	553.206	553.206

Para o fechamento do período findo em 30 de setembro de 2019:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do Plano, os fornecedores com montante de crédito superior a R\$ 150 mil, receberiam o saldo remanescente em quatro parcelas anuais, a contar a partir de 2018, para os quais foram realizados ajustes a valor presente (Nota 18).

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com o BNDES, Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) As autorizações e concessões a pagar e programa de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

(iv) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

O nivelamento dos ativos financeiros caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e ativos mantidos para venda avaliados a valor justo em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	149.887	152.454	237.734	287.491
Equivalentes de caixa	Nível 2	1.463.643	1.516.605	2.740.792	4.097.838
Aplicações financeiras	Nível 2	178.348	195.639	213.365	238.962
Ativo financeiro mantido para venda	Nível 3	1.583.146	1.843.778	1.583.146	1.843.778

Não ocorreram transferências entre níveis nos períodos de 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

**(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e em Euros.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

### **(b) Ativos mantidos para venda**

Refere-se ao valor justo do investimento financeiro na Unitel, classificado como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado e ao valor recuperável dos dividendos a receber da Unitel. O valor justo do investimento é calculado com base em estimativas relativas aos resultados potenciais e recuperações dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto e taxas cambiais adequadas à realidade do país onde o negócio está localizado. Para além das premissas financeiras e de negócio acima mencionadas, a Companhia considera ainda na avaliação do valor justo do investimento financeiro premissas de carácter qualitativo, incluindo os resultados e desfecho dos processos judiciais interpostos contra entidades terceiras e a opinião dos assessores legais sobre esses processos. No que se refere à avaliação do valor recuperável dos dividendos a Companhia faz uso de premissas financeiras sobre taxa de desconto no tempo e taxa de câmbio e faz uso de premissas qualitativas, baseadas no parecer dos seus assessores legais, referentes ao desfecho dos processos judiciais interpostos contra a Unitel sobre o não pagamento de dividendos e juros.

A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo. Para mais informações vide Nota 29.

### **(c) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia não possuía derivativos em seu portfólio. A Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos contratados ao longo do ano foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período.

### **3.2. Administração do risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. No nível operacional, o

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros se reúne mensalmente e atualmente é composto pelo Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Planejamento Regulamentação e Atacado, Diretor de Jurídico Tributário, Diretor de Controladoria, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Tesouraria.

As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros.

### 3.2.1. Risco de mercado

#### (a) Risco de taxa de câmbio

##### Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 30 de setembro de 2019, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

##### Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 52,8% (31/12/2018 – 53,6%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, foram contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras para parte dos pagamentos de juros em moeda estrangeira feitos em 2019. A Companhia contratou proteção para 67% do total do serviço da dívida em Dólares em 2019 através de operações de proteção na modalidade contrato a termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. O percentual de cobertura cambial para efeito de “*covenants*” e resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados, em que há que se considerar os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo, é de 49,7%.

Adicionalmente, a Companhia contratou operações de “*hedge*” para parcela das despesas operacionais da Companhia denominadas contratualmente em Dólar contabilizadas até o final deste trimestre.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	CONTROLADORA			
	30/09/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e contas bancárias	105.424	105.424	39.779	39.779
Equivalentes de caixa			153.428	153.428
Créditos com partes relacionadas	5.585.888	5.585.888	11.960.680	11.960.680
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	7.560.647	7.560.647	7.131.350	7.863.274

	CONSOLIDADO			
	30/09/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e contas bancárias	107.686	107.686	70.116	70.116
Equivalentes de caixa	1.166	1.166	154.514	154.514
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	9.443.842	9.443.842	8.816.766	9.548.690

Ao final deste trimestre, a Companhia não possuía operações de proteção cambial contratadas junto às instituições financeiras.

Em 30 de setembro de 2019 e de 2018, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	944		944	
Operações de termo em moedas – resultado operacional	756		756	
<b>Total</b>	<b>1.700</b>		<b>1.700</b>	

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	55.025		55.025	
Operações de termo em moedas – resultado operacional	11.901		11.901	
<b>Total</b>	<b>66.926</b>		<b>66.926</b>	

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” cambiais designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	11.145	11.145
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado	(11.145)	(11.145)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>		

**Análise de sensibilidade de risco cambial**

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2019, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de setembro de 2019. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/09/2019	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	4,1644	0%
Euro	4,5425	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	5,2055	25%
Euro	5,6781	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	6,2466	50%
Euro	6,8138	50%



NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira, considerando derivativos e caixa “*offshore*”, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

		30/09/2019					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	individual						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	9.297.158	11.621.447	13.945.736	15.878.463	19.848.079	23.817.694
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(65.355)	(81.694)	(98.033)	(67.739)	(84.674)	(101.609)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	185.728	232.160	278.592	2.718.640	3.398.301	4.077.961
Caixa em Euro	Queda do Euro	(40.068)	(50.085)	(60.102)	(41.113)	(51.391)	(61.669)
Ajuste a Valor Justo	Queda do Dólar/Euro	(2.569.184)	(3.211.480)	(3.853.776)	(9.141.525)	(11.426.906)	(13.712.287)
<b>Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio</b>		<b>6.808.279</b>	<b>8.510.348</b>	<b>10.212.417</b>	<b>9.346.726</b>	<b>11.683.409</b>	<b>14.020.090</b>
<b>Total (ganho) perda</b>			<b>1.702.069</b>	<b>3.404.138</b>		<b>2.336.683</b>	<b>4.673.364</b>

**(b) Risco de taxa de juros**

**Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

**Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 30 de setembro de 2019. Após a aprovação do PRJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2019, aproximadamente 46,9% (31/12/2018 – 46,0%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/09/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	1.463.643	1.463.643	1.363.177	1.363.177
Aplicações financeiras	178.348	178.348	195.639	195.639
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	3.605.411	3.605.411	3.203.648	3.203.648

	CONSOLIDADO			
	30/09/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	2.739.626	2.739.626	3.943.324	3.943.324
Aplicações financeiras	213.365	213.365	238.962	238.962
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	8.461.446	8.461.446	7.633.140	7.633.140

**Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. A TJLP manteve-se estável em 7,0% a.a. de 1 de abril a 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa vinha sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março, 6,6% a.a. de abril a junho e 6,56% a.a. de julho a setembro de 2018. De outubro a dezembro de 2018, por sua vez, a taxa sofreu elevação para 6,98% a.a. e, de janeiro a março de 2019, subiu para 7,03%, voltando a ser reduzida novamente de abril a junho, para 6,26% e, de julho a setembro, para 5,95%. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por mais uma redução da taxa para 5,57% a.a., vigente no período de outubro a dezembro de 2019.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2019, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

30/09/2019					
Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
5,40%	5,95%	6,75%	7,44%	8,10%	8,93%

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

		30/09/2019					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.935.155	3.026.394	3.750.365	3.434.449	5.370.950	6.655.640
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	909.879	1.143.796	1.350.490	3.555.922	4.470.096	5.277.884
<b>Total Ativo/ Passivo atrelado a taxa de juros</b>		<b>2.845.034</b>	<b>4.170.190</b>	<b>5.100.855</b>	<b>6.990.371</b>	<b>9.841.046</b>	<b>11.933.524</b>
<b>Total (ganho) perda</b>			<b>1.325.156</b>	<b>2.255.821</b>		<b>2.850.675</b>	<b>4.943.153</b>

### 3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de setembro de 2019, aproximadamente 92,67% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel. Em novembro de 2019, a PT Ventures recebeu USD 33,1 milhões de dividendos extraordinários da Unitel (vide Nota 31).

### 3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

No início de 2019, a Oi concluiu o aumento de capital previsto no PRJ. Com este aumento foram aportados R\$ 4,0 bilhões na Companhia, que serão alocados no Plano de CAPEX incremental,

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

direcionados à expansão de infraestrutura móvel e fixa, mas centrado principalmente no projeto de fibra óptica. Adicionalmente ao aumento de capital, para financiar o CAPEX incremental associado ao Plano Estratégico, a Companhia planeja desinvestir ativos não essenciais e liberar caixa através de eventos não operacionais como, por exemplo créditos fiscais.

**4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>1.202.282</b>	<b>1.452.279</b>	<b>6.739.704</b>	<b>7.542.074</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(291.769)</b>	<b>(359.959)</b>	<b>(1.738.472)</b>	<b>(2.060.704)</b>
Tributos	(290.387)	(358.531)	(1.382.412)	(1.665.025)
Outras deduções	(1.382)	(1.428)	(356.060)	(395.679)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>910.513</b>	<b>1.092.320</b>	<b>5.001.232</b>	<b>5.481.370</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>3.780.265</b>	<b>4.590.194</b>	<b>20.591.027</b>	<b>23.108.953</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(917.376)</b>	<b>(1.147.884)</b>	<b>(5.368.414)</b>	<b>(6.414.017)</b>
Tributos	(914.110)	(1.142.156)	(4.289.860)	(5.174.014)
Outras deduções	(3.266)	(5.728)	(1.078.554)	(1.240.003)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>2.862.889</b>	<b>3.442.310</b>	<b>15.222.613</b>	<b>16.694.936</b>

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>910.513</b>	<b>1.092.320</b>	<b>5.001.232</b>	<b>5.481.370</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(20.879)	(33.922)	(110.192)	(147.287)
Pessoal	(112.311)	(126.589)	(615.086)	(665.890)
Serviços de terceiros	(273.380)	(285.764)	(1.516.265)	(1.516.186)
Serviço de manutenção da rede	(153.758)	(172.290)	(250.951)	(288.046)
Custo de aparelhos e outros			(36.333)	(45.948)
Publicidade e propaganda	(26.229)	(17.126)	(148.344)	(73.849)
Aluguéis e seguros	(112.468)	(162.994)	(677.047)	(1.105.962)
Provisões / Reversões	362.617	1.003	(72.351)	(7.443)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(19.970)	(8.753)	(159.636)	(157.783)
Perdas com imparidade	(3.341.842)		(3.341.842)	
Tributos e outras receitas (despesas)	(1.701.581)	(1.644.770)	(40.669)	(13.628)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.944)		520.685	
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(5.409.745)</b>	<b>(2.451.205)</b>	<b>(6.448.031)</b>	<b>(4.022.022)</b>
Depreciação e amortização	(461.980)	(431.561)	(1.752.125)	(1.465.087)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(5.871.725)</b>	<b>(2.882.766)</b>	<b>(8.200.156)</b>	<b>(5.487.109)</b>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(4.961.212)</b>	<b>(1.790.446)</b>	<b>(3.198.924)</b>	<b>(5.739)</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	1.894.079	3.296.716	1.499.447	731.509
Despesas financeiras	(2.682.269)	(2.992.549)	(3.875.418)	(2.186.887)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(788.190)</b>	<b>304.167</b>	<b>(2.375.971)</b>	<b>(1.455.378)</b>
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(5.749.402)</b>	<b>(1.486.279)</b>	<b>(5.574.895)</b>	<b>(1.461.117)</b>
Imposto de renda e contribuição social	2.513	149.892	(208.610)	126.136
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(5.746.889)</b>	<b>(1.336.387)</b>	<b>(5.783.505)</b>	<b>(1.334.981)</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(5.746.889)	(1.336.387)	(5.746.889)	(1.336.387)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			(36.616)	1.406
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(787.351)	(842.561)	(3.829.421)	(4.078.693)
Despesas com vendas	(196.007)	(189.119)	(931.331)	(908.811)
Despesas gerais e administrativas	(206.862)	(214.047)	(710.348)	(649.703)
Outras receitas operacionais	186.116	191.297	1.116.808	537.604
Outras despesas operacionais	(3.026.882)	(50.831)	(3.845.624)	(380.583)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.840.739)	(1.777.505)	(240)	(6.923)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(5.871.725)</b>	<b>(2.882.766)</b>	<b>(8.200.156)</b>	<b>(5.487.109)</b>

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>2.862.889</b>	<b>3.442.310</b>	<b>15.222.613</b>	<b>16.694.936</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(71.371)	(110.088)	(351.312)	(495.849)
Pessoal	(306.508)	(318.071)	(1.818.675)	(1.875.329)
Serviços de terceiros	(845.892)	(870.883)	(4.526.498)	(4.408.207)
Serviço de manutenção da rede	(484.422)	(511.071)	(782.407)	(837.595)
Custo de aparelhos e outros			(131.972)	(123.189)
Publicidade e propaganda	(65.060)	(56.480)	(334.227)	(238.088)
Aluguéis e seguros (i)	(324.239)	(424.272)	(2.013.612)	(3.189.868)
Provisões / Reversões	380.440	(98.148)	(186.128)	(167.426)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(91.049)	(66.640)	(427.122)	(565.572)
Perdas com imparidade (ii)	(3.341.842)		(3.341.842)	
Tributos e outras receitas (despesas) (iii)	(2.979.731)	380.909	(50.360)	(199.812)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iv)	582.826	222.901	1.340.475	156.087
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(7.546.848)</b>	<b>(1.851.843)</b>	<b>(12.623.680)</b>	<b>(11.944.848)</b>
Depreciação e amortização (i)	(1.357.191)	(1.269.812)	(5.171.189)	(4.324.720)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(8.904.039)</b>	<b>(3.121.655)</b>	<b>(17.794.869)</b>	<b>(16.269.568)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(6.041.150)</b>	<b>320.655</b>	<b>(2.572.256)</b>	<b>425.368</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	3.055.123	33.468.782	2.829.768	31.195.560
Despesas financeiras (i)	(3.752.301)	(6.054.868)	(6.781.150)	(3.670.599)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(697.178)</b>	<b>27.413.914</b>	<b>(3.951.382)</b>	<b>27.524.961</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>(6.738.328)</b>	<b>27.734.569</b>	<b>(6.523.638)</b>	<b>27.950.329</b>
Imposto de renda e contribuição social	797	214.723	(290.349)	7.929
<b>Lucro (Prejuízo) do período</b>	<b>(6.737.531)</b>	<b>27.949.292</b>	<b>(6.813.987)</b>	<b>27.958.258</b>
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	(6.737.531)	27.949.292	(6.737.531)	27.949.292
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			(76.456)	8.966
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.360.142)	(2.442.075)	(11.562.503)	(12.111.143)
Despesas com vendas	(622.837)	(608.240)	(2.689.618)	(2.753.994)
Despesas gerais e administrativas	(637.625)	(660.612)	(2.090.203)	(2.025.032)
Outras receitas operacionais	1.491.745	448.953	3.257.537	1.477.638
Outras despesas operacionais	(3.065.809)	24.209	(4.708.553)	(843.195)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.709.371)	116.110	(1.529)	(13.842)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(8.904.039)</b>	<b>(3.121.655)</b>	<b>(17.794.869)</b>	<b>(16.269.568)</b>

- (i) O comparativo de nove meses foi impactado pela adoção da norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1 de janeiro de 2019 (Nota 2(b)).

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) De acordo com o CPC 01 / IAS 36, a Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida útil definida, para data-base de 30 de setembro de 2019, tendo reconhecido uma provisão com perda de imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura dos ativos. A Companhia considerou em suas premissas para o teste de imparidade, entre outros aspectos, o plano estratégico divulgado em julho de 2019. O plano tem por pressuposto ações de transformação, com foco na melhoria da performance operacional e financeira (vide Nota 17).
- (iii) Inclui resultado de equivalência patrimonial.
- (iv) Em 2019, refere-se, principalmente, ao registro contábil no montante de R\$ 592.770 na controladora e R\$ 1.517.919 no consolidado, dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019, conforme descrito na Nota 11, e R\$ 167.395 no consolidado referente a baixa oriunda da conciliação de créditos e incentivos fiscais, de períodos anteriores, sem expectativa de realização.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receitas financeiras</b>				
Ajuste a valor presente	14.533	(19.403)	45.030	87.291
Varição monetária e cambial sobre ajuste a valor justo	228.192	100.688	705.297	364.206
Ganho de reestruturação de empréstimos com terceiros		(2.053)		(56.190)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos	(45.041)	139.609	653.694	296.438
Rendimentos de aplicações financeiras	34.245	21.636	51.259	75.402
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	1.642.486	3.082.866		
Varição cambial sobre aplicações financeiras no exterior	6.942	2.912	7.136	5.777
Reversão de juros e outras receitas	12.722	(29.539)	37.031	(41.415)
<b>Total</b>	<b>1.894.079</b>	<b>3.296.716</b>	<b>1.499.447</b>	<b>731.509</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Apropriação do ajuste a valor presente	(130.091)	(102.679)	(294.016)	(231.854)
Varição monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros	(736.671)	(321.395)	(1.357.876)	(648.521)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(240.847)	(237.865)	(351.024)	(349.064)
Juros sobre debêntures	(55.103)	(53.846)	(85.827)	(83.869)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	(1.187.962)	(1.797.718)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(2.350.674)</b>	<b>(2.513.503)</b>	<b>(2.088.743)</b>	<b>(1.313.308)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Ajuste a valor presente	(82.283)	(32.600)	(457.330)	(102.774)
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	180.990	(46.124)	59.813	(215.860)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(21.258)	(21.500)	(67.821)	(87.656)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos	(205.830)	(86.943)	(635.939)	(243.418)
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(123.400)	(52.301)	(539.150)	(76.735)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(2.270)	(8.329)	(3.844)	(10.150)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	944		944	
Outras despesas	(78.488)	(231.249)	(143.348)	(136.986)
<b>Sub-total:</b>	<b>(331.595)</b>	<b>(479.046)</b>	<b>(1.786.675)</b>	<b>(873.579)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.682.269)</b>	<b>(2.992.549)</b>	<b>(3.875.418)</b>	<b>(2.186.887)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(788.190)</b>	<b>304.167</b>	<b>(2.375.971)</b>	<b>(1.455.378)</b>



01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receitas financeiras</b>				
Ajuste a valor presente (i)	15.567	5.256.395	48.854	13.291.351
Varição monetária e cambial sobre ajuste a valor justo	196.707	536.288	582.454	1.755.391
Ganho de reestruturação de empréstimos com terceiros (ii)		3.269.445		11.054.126
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos (iii)	1.033.153	498.693	1.903.985	993.806
Rendimentos de aplicações financeiras	144.533	106.990	209.446	249.685
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas (iv)	1.605.009	23.270.609		
Varição cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(49.049)	9.296	(49.491)	19.812
Reversão de juros e outras receitas (v)	109.203	521.066	134.520	3.831.389
<b>Total</b>	<b>3.055.123</b>	<b>33.468.782</b>	<b>2.829.768</b>	<b>31.195.560</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Apropriação do ajuste a valor presente	(319.852)	(245.831)	(713.664)	(557.900)
Varição monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros (vi)	(639.884)	(1.585.291)	(1.149.498)	(3.103.788)
Juros sobre empréstimos com terceiros (vii)	(663.644)	821.074	(972.830)	1.569.945
Juros sobre debêntures (vii)	(161.966)	649.171	(252.276)	576.218
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas (viii)	(1.086.891)	(4.954.591)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(2.872.237)</b>	<b>(5.315.468)</b>	<b>(3.088.268)</b>	<b>(1.515.525)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Ajuste a valor presente (ix)	(244.087)	(78.460)	(1.357.022)	(264.363)
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	161.151	513.258	12.585	494.540
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(108.169)	(366.169)	(257.560)	(703.705)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos	(326.615)	(216.061)	(1.007.179)	(622.374)
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(209.990)	49.584	(721.527)	(166.443)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(7.495)	(17.461)	(12.986)	(22.626)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	55.025		55.025	
Outras despesas (x)	(199.884)	(624.091)	(404.218)	(870.103)
<b>Sub-total:</b>	<b>(880.064)</b>	<b>(739.400)</b>	<b>(3.692.882)</b>	<b>(2.155.074)</b>
<b>Total</b>	<b>(3.752.301)</b>	<b>(6.054.868)</b>	<b>(6.781.150)</b>	<b>(3.670.599)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(697.178)</b>	<b>27.413.914</b>	<b>(3.951.382)</b>	<b>27.524.961</b>

- (i) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos com terceiros decorrente dos efeitos da Homologação do PRJ.
- (ii) Em 2018, refere-se, substancialmente, ao impacto positivo da novação das dívidas provenientes dos “Senior Notes” qualificados, calculados de acordo com o PRJ.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Em 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 891 milhões na controladora e R\$ 1.549 milhões no consolidado, relativos a atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019, conforme descrito na Nota 11.
- (iv) Em 2018, inclui R\$ 18.435 milhões de ajuste a valor presente dos empréstimos com partes relacionadas, na controladora.
- (v) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior a Homologação do PRJ no montante de R\$ 2.826 milhões e ajuste a valor presente de fornecedores e oferta geral no montante de R\$ 893 milhões, no consolidado.
- (vi) Em 2018, inclui R\$ 555 milhões relativos ao ganho cambial associado à novação das dívidas provenientes dos “*Senior Notes*”, na controladora e no consolidado.
- (vii) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão de juros sobre dívidas incluídas no PRJ no montante de R\$ 3.115 milhões, e despesas de juros sobre dívidas e debentures novadas, no montante de R\$ 167 milhões, no consolidado.
- (viii) Em 2018, inclui R\$ 1.097 milhões de ajuste do valor presente de empréstimos com partes relacionadas, na controladora.
- (ix) Representado pelos registros do ajuste a valor presente associados aos arrendamentos, contrato oneroso e fornecedores sujeitos à RJ.
- (x) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	2.513	(3.579)	(84.966)	1.768
Tributos diferidos (Nota 10)		153.471	(123.644)	124.368
<b>Total</b>	<b>2.513</b>	<b>149.892</b>	<b>(208.610)</b>	<b>126.136</b>

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(5.749.402)</b>	<b>(1.486.279)</b>	<b>(5.574.895)</b>	<b>(1.461.117)</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	1.954.797	505.335	1.895.464	496.780
Equivalência patrimonial	(625.851)	(604.352)	(82)	(2.354)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração)		6	841	1.013
Exclusões (adições) permanentes	369.186	603.814	346.377	(312.143)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	(1.695.619)	(354.911)	(2.261.788)	(215.753)
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior			(189.422)	158.593
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>2.513</b>	<b>149.892</b>	<b>(208.610)</b>	<b>126.136</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	797	(23.594)	(90.183)	60.869
Tributos diferidos (Nota 10)		238.317	(200.166)	(52.940)
<b>Total</b>	<b>797</b>	<b>214.723</b>	<b>(290.349)</b>	<b>7.929</b>

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>(6.738.328)</b>	<b>27.734.569</b>	<b>(6.523.638)</b>	<b>27.950.329</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	2.291.032	(9.429.753)	2.218.037	(9.503.112)
Equivalência patrimonial	(1.261.186)	39.477	(520)	(4.706)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	37	51	949	8.254
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(264.148)	8.939.606	(494.816)	14.003.811
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)	(764.938)	665.342	(1.757.417)	(906.268)
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)			(256.582)	(3.590.050)
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>797</b>	<b>214.723</b>	<b>(290.349)</b>	<b>7.929</b>

- (i) Refere-se, basicamente, ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Em 2019, os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pela apropriação do ajuste a valor presente dos passivos reestruturados incluídos no PRJ. Em 2018, os principais efeitos tributários de exclusões permanentes são oriundos do reconhecimento da reestruturação dos passivos incluídos no PRJ.
- (iii) Refere-se a reversão (provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).
- (iv) Referem-se, a efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

**(a) Caixa e equivalentes de caixa**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e contas bancárias	149.887	152.454	237.734	287.491
Equivalentes de caixa	1.463.643	1.516.605	2.740.792	4.097.838
<b>Total</b>	<b>1.613.530</b>	<b>1.669.059</b>	<b>2.978.526</b>	<b>4.385.329</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Operações compromissadas	1.185.116	868.834	2.099.330	2.742.731
Títulos privados	133.617	364.014	369.237	895.073
CDB – Certificado de Depósito Bancário	142.226	127.685	267.349	301.632
“Time Deposits”		153.428	1.166	154.514
Outros	2.684	2.644	3.710	3.888
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>1.463.643</b>	<b>1.516.605</b>	<b>2.740.792</b>	<b>4.097.838</b>

**(b) Aplicações financeiras**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Títulos privados	165.225	180.159	195.088	213.653
Títulos públicos	13.123	15.480	18.277	25.309
<b>Total</b>	<b>178.348</b>	<b>195.639</b>	<b>213.365</b>	<b>238.962</b>
Circulante	173.320	190.779	178.598	201.975
Não circulante	5.028	4.860	34.767	36.987

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA <sup>1</sup>		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Serviços faturados	1.202.821	1.014.798	6.017.978	5.699.817
Serviços a faturar	413.304	453.985	928.945	984.062
Aparelhos, acessórios e outros ativos	95.850	115.632	370.337	619.821
<b>Subtotal</b>	<b>1.711.975</b>	<b>1.584.415</b>	<b>7.317.260</b>	<b>7.303.700</b>
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(374.803)	(390.728)	(701.026)	(787.145)
<b>Total</b>	<b>1.337.172</b>	<b>1.193.687</b>	<b>6.616.234</b>	<b>6.516.555</b>

<sup>1</sup> Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 28.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
A vencer	1.441.024	1.259.070	5.232.962	5.167.408
Vencidas até 60 dias	125.366	177.222	604.025	672.673
Vencidas de 61 a 90 dias	24.074	29.906	137.322	131.798
Vencidas de 91 a 120 dias	19.920	26.078	125.132	132.562
Vencidas de 121 a 150 dias	19.459	19.840	96.095	104.628
Vencidas acima de 150 dias	82.132	72.299	1.121.724	1.094.631
<b>Total</b>	<b>1.711.975</b>	<b>1.584.415</b>	<b>7.317.260</b>	<b>7.303.700</b>

As movimentações na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(390.728)</b>	<b>(787.145)</b>
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(91.049)	(427.173)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	106.974	513.292
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>(374.803)</b>	<b>(701.026)</b>

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
IR a recuperar (i)	20.799	72.936	289.737	287.472
CS a recuperar (i)	3	4.349	64.457	91.996
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	55.778	69.141	139.191	241.778
<b>Total circulante</b>	<b>76.580</b>	<b>146.426</b>	<b>493.385</b>	<b>621.246</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR e CS sobre diferenças temporárias <sup>1</sup>				23.050
<b>Total não circulante</b>				<b>23.050</b>

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
IR a pagar		705	36.396	21.628
CS a pagar		258	10.616	5.398
<b>Total circulante</b>		<b>963</b>	<b>47.012</b>	<b>27.026</b>
<b>Tributos diferidos a recolher</b>				
IR e CS sobre diferenças temporárias <sup>1</sup>			177.116	
<b>Total não circulante</b>			<b>177.116</b>	

<sup>1</sup> Vide quadro de movimentação abaixo

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

**Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 30/09/2019
<b>Tributos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	736.907	(728.861)		8.046
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	20.369	1.880		22.249
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.762)	(3.748)	3.849	(14.661)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	173.766	(5.075)		168.691
Participação nos lucros	18.115	(11.145)		6.970
Variações cambiais	732.978	324.270		1.057.248
Ágio incorporado (i)	1.690.507	(209.096)		1.481.411
Outras adições e exclusões temporárias	212.929	11.957	1.714	226.600
Obrigação onerosa	417.123	25.498		442.621
<b>Tributos diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>3.987.932</b>	<b>(594.320)</b>	<b>5.563</b>	<b>3.399.175</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.125.910	37.863	25.095	4.188.868
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>8.113.842</b>	<b>(556.457)</b>	<b>30.658</b>	<b>7.588.043</b>
<b>Tributos diferidos passivos</b>				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.150.343)	1.321.395		(828.948)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(5.963.499)	(764.938)	(30.658)	(6.759.095)
<b>Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)</b>				

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 30/09/2019
<b>Tributos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	1.244.246	(590.371)		653.875
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	29.555	4.723		34.278
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.095)	(3.747)	2.377	(15.465)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	478.827	(30.743)		448.084
Participação nos lucros	94.504	(43.342)		51.162
Variações cambiais	1.403.193	518.396		1.921.589
Ágio incorporado (i)	1.690.508	(209.097)		1.481.411
Outras adições e exclusões temporárias	177.085	757.628	1.714	936.427
Obrigação onerosa	1.527.924	93.399		1.621.323
<b>Tributos diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>6.631.747</b>	<b>496.846</b>	<b>4.091</b>	<b>7.132.684</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	13.703.529	471.139	25.095	14.199.763
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>20.335.276</b>	<b>967.985</b>	<b>29.186</b>	<b>21.332.447</b>
<b>Tributos diferidos passivos</b>				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.532.682)	589.266		(1.943.416)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(17.779.544)	(1.757.417)	(29.186)	(19.566.147)
<b>Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)</b>	<b>23.050</b>	<b>(200.166)</b>		<b>(177.116)</b>

- (i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.
- (ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.
- (iii) A Companhia, com base no demonstrativo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, procedeu à revisão da sua estimativa de recuperação dos tributos diferidos, tendo identificado e registrado provisão ao valor de recuperação.



01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 31.151.965 e R\$ 14.432.380, e correspondem a R\$ 10.591.668 e R\$ 3.608.095 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
ICMS a recuperar (i)	254.482	280.166	1.291.989	1.240.353
PIS e COFINS (ii)	1.566.210	100.181	3.158.067	215.860
Outros	46	23	89.351	63.015
<b>Total</b>	<b>1.820.738</b>	<b>380.370</b>	<b>4.539.407</b>	<b>1.519.228</b>
Circulante	498.037	232.961	1.476.577	803.252
Não circulante	1.322.701	147.409	3.062.830	715.976

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
ICMS	176.226	197.606	504.703	556.693
ICMS Convênio nº 69/1998	24.336	23.602	66.014	34.113
PIS e COFINS (iii)	66.293	23.731	236.627	235.319
FUST/FUNTTEL/Radiodifusão (iv)	203.204	199.528	665.803	655.022
Outros (v)	7.314	12.242	173.367	181.437
<b>Total</b>	<b>477.373</b>	<b>456.709</b>	<b>1.646.514</b>	<b>1.662.584</b>
Circulante	248.310	233.714	956.370	1.033.868
Não circulante	229.063	222.995	690.144	628.716

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia e suas controladas mantinham ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em março de 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas em dois dos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS. Já o terceiro processo mais relevante que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região acabou transitando em julgado em setembro de 2019.

Neste sentido, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.498 milhões na controladora e R\$ 3.087 milhões no consolidado relativos aos créditos conforme mencionado acima.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia já está utilizando parte dos créditos reconhecidos definitivamente em âmbito judicial por meio de compensações com débitos relativos a tributos federais vincendos e, concomitantemente, vem adotando as medidas necessárias para dar início à utilização dos créditos restantes.

(iii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e suas controladas, Telemar e Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

(v) Composto principalmente de atualização monetária de exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

## 12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Cíveis	3.524.269	3.746.025	5.340.059	5.849.978
Tributárias	754.261	801.340	2.253.695	2.337.508
Trabalhistas	391.875	583.723	909.633	1.197.144
<b>Subtotal:</b>	<b>4.670.405</b>	<b>5.131.088</b>	<b>8.503.387</b>	<b>9.384.630</b>
Perda estimada (i)	(11.325)	(444.407)	(26.448)	(649.910)
<b>Total</b>	<b>4.659.080</b>	<b>4.686.681</b>	<b>8.476.939</b>	<b>8.734.720</b>
Circulante	1.213.184	1.348.700	1.520.873	1.715.934
Não circulante	3.445.896	3.337.981	6.956.066	7.018.786

(i) Este valor representa a perda estimada nos saldos de depósitos judiciais, os quais se encontram em processo de conciliação com os extratos obtidos.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15)	246.246	238.648	1.003.132	912.538
Fistel	185		138.203	
Publicidade e propaganda	814	580	81.735	135.049
Fiança bancária	10.578	15.840	33.460	40.690
Seguros	12.590	22.458	31.739	48.865
Despesas antecipadas contratuais		16.195		47.771
Outras	21.096	10.873	149.652	81.590
<b>Total</b>	<b>291.509</b>	<b>304.594</b>	<b>1.437.921</b>	<b>1.266.503</b>
Circulante	178.487	191.087	853.670	743.953
Não circulante	113.022	113.507	584.251	522.550

14. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Aval com partes relacionadas	71.754	67.621		
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores	131.146	382.783	538.590	621.376
Valores a receber com venda de imobilizado	81.527	85.684	301.816	305.155
Valores a receber	183.930	211.786	154.326	202.834
Adiantamentos a empregados	12.604	15.948	63.083	69.635
Outros	42.943	43.234	234.470	131.532
<b>Total</b>	<b>523.904</b>	<b>807.056</b>	<b>1.292.285</b>	<b>1.330.532</b>
Circulante	491.093	787.119	847.744	1.079.670
Não circulante	32.811	19.937	444.541	250.862

15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Investimentos em controladas	16.199.157	16.917.150		
Negócios em conjunto			28.069	31.488
Investimentos em coligadas			47.643	44.124
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.876	31.876
Outros investimentos	3.799	3.799	10.596	10.352
<b>Total</b>	<b>16.213.229</b>	<b>16.931.222</b>	<b>118.184</b>	<b>117.840</b>

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>16.931.222</b>	<b>117.840</b>
Equivalência patrimonial (Nota 5)	(3.709.371)	(1.529)
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em coligadas	3.504	(825)
Reclassificação da equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	221.969	1.855
Reclassificação da equivalência patrimonial para provisão para patrimônio líquido negativo	569.410	
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada (*)	2.100.000	
Outros	96.495	843
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>16.213.229</b>	<b>118.184</b>

(\*) Refere-se a adiantamento para aumento de capital na controlada integral Telemar com objetivo de fazer face as suas obrigações de universalização e manutenção da qualidade. O efetivo aumento de capital estará sujeito a anuência prévia da ANATEL.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/09/2019			
			Quantidade em milhares de ações		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
Telemar	16.235.409	(2.939.228)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	5.322	143	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(1.523.736)	(160.144)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	4.295	3.246	799		100	100
PTIF	(2.969.014)	(349.700)	0,042		100	100
CVTEL	(1.217)	(282)	18		100	100
Carrigans	108		0,100		100	100
PT Participações	3.640.584	(221.969)	1.000.000		100	100
Serede	(338.713)	(206.017)	24.431.651		17,51	17,51

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Equivalência patrimonial				Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em					
Controladas	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Telemar	(1.206.176)	(1.602.227)	(2.939.228)	11.207.625	16.235.409	16.951.431		
Rio Alto	48	344	143	989	5.322	5.179		
Oi Holanda (ii)	(143.874)	(72.511)	(160.144)	(3.193.263)			1.523.736	4.154.419
Oi Serviços Financeiros	1.079	1.663	3.246	5.097	4.295	1.050		
PTIF (ii)	(289.926)	(115.291)	(349.700)	(7.850.760)			2.969.014	7.255.948
CVTEL	(114)	(49)	(282)	(171)			1.217	902
Carrigans					108	105		
Serede	(35.851)	3.831	(36.074)	7.764			59.309	23.235
Resultado não realizado com investidas	(1.986)	2.567	(5.363)	(5.702)	(45.977)	(40.615)		
<b>Subtotal:</b>	<b>(1.676.800)</b>	<b>(1.781.673)</b>	<b>(3.487.402)</b>	<b>171.579</b>	<b>16.199.157</b>	<b>16.917.150</b>	<b>4.553.276</b>	<b>11.434.504</b>
PT Participações (i)	(163.939)	4.168	(221.969)	(55.469)	3.640.584	3.721.549		
<b>Total</b>	<b>(1.840.739)</b>	<b>(1.777.505)</b>	<b>(3.709.371)</b>	<b>116.110</b>	<b>19.839.741</b>	<b>20.638.699</b>	<b>4.553.276</b>	<b>11.434.504</b>

- (i) Refere-se à resultado de equivalência patrimonial e valor do investimento detido nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.
- (ii) Com a aprovação do PRJ, as dívidas das empresas Oi, representadas pelos “Bonds”, foram consolidadas na Oi. Para documentar essas transações, foi necessária a celebração de contratos de mútuos, entre Oi e Oi Holanda, bem como entre Oi e PTIF. Tais instrumentos previam a possibilidade de pagamento e quitação do total devido por meio de aumento de capital, forma que foi efetivamente exercida pela Oi em 31 de janeiro de 2019, no valor de EUR 665.639.602,32 na Oi Holanda e no valor de EUR 1.100.259.843,00 na PTIF.

Informações financeiras resumidas

Controladas	30/09/2019		
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	36.391.773	20.156.364	4.563.209
Oi Holanda (i)	968.801	2.492.537	
PTIF (i)	745.885	3.714.899	
Rio Alto	5.302	(20)	
Oi Serviços Financeiros	21.564	17.269	390
CVTEL	52	1.269	
Serede	1.356.685	1.695.398	1.918.646

(i) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018		30/09/2018
	Ativos	Passivos	Receitas
<b>Controladas</b>			
Telemar (i)	33.718.348	16.766.917	5.129.132
Oi Holanda (i)	549.905	4.704.324	
PTIF (i)	686.409	7.919.147	
Rio Alto	5.269	90	
Oi Serviços Financeiros	22.853	21.803	674
CVTEL	95	997	
Serede	1.049.482	1.182.178	1.204.056

(i) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>								
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>460.135</b>	<b>6.305.104</b>	<b>24.435.160</b>	<b>6.329.728</b>	<b>1.962.675</b>		<b>2.192.670</b>	<b>41.685.472</b>
Adoção Inicial IFRS 16						624.232		624.232
Modificações contratuais						53.377		53.377
Adições	771.220		64.905	99.067		30.632	9.311	975.135
Baixas	(8.529)		(23.267)	(78.910)		(8.003)	(72)	(118.781)
Transferências	(1.069.783)	2.180	634.429	331.554	14.214		87.406	
Transferência para ativos mantidos para venda (vide Nota 29)				(332)	(154.332)			(154.664)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>153.043</b>	<b>6.307.284</b>	<b>25.111.227</b>	<b>6.681.107</b>	<b>1.822.557</b>	<b>700.238</b>	<b>2.289.315</b>	<b>43.064.771</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		<b>(6.206.296)</b>	<b>(21.385.206)</b>	<b>(4.422.820)</b>	<b>(1.615.284)</b>		<b>(1.733.032)</b>	<b>(35.362.638)</b>
Despesas de depreciação		(13.692)	(358.734)	(333.539)	(26.397)	(39.047)	(27.555)	(798.964)
Baixas			19.180	68.805		3.570	(6.964)	84.591
Transferência para ativos mantidos para venda (vide Nota 29)				325	112.011			112.336
<b>Saldo em 30/09/2019</b>		<b>(6.219.988)</b>	<b>(21.724.760)</b>	<b>(4.687.229)</b>	<b>(1.529.670)</b>	<b>(35.477)</b>	<b>(1.767.551)</b>	<b>(35.964.675)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>								
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>460.135</b>	<b>98.808</b>	<b>3.049.954</b>	<b>1.906.908</b>	<b>347.391</b>		<b>459.638</b>	<b>6.322.834</b>
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>153.043</b>	<b>87.296</b>	<b>3.386.467</b>	<b>1.993.878</b>	<b>292.887</b>	<b>664.761</b>	<b>521.764</b>	<b>7.100.096</b>
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.



01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infraestrutura	Prédios	Direito de Uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>								
Saldo em 31/12/2018	3.351.613	20.077.960	62.092.721	30.343.531	4.463.690		6.466.170	126.795.685
Adoção Inicial IFRS 16						8.167.932		8.167.932
Modificações contratuais						462.574		462.574
Adições	5.101.029		190.395	245.542	3.595	209.047	69.072	5.818.680
Baixas	(36.922)		(53.461)	(864.266)		(96.947)	(421)	(1.052.017)
Transferências	(6.008.032)	71.141	3.729.961	1.956.842	47.276		202.812	
Transferência para ativos mantidos para venda (vide Nota 29)				(503)	(243.582)			(244.085)
Saldo em 30/09/2019	2.407.688	20.149.101	65.959.616	31.681.146	4.270.979	8.742.606	6.737.633	139.948.769
<b>Depreciação acumulada</b>								
Saldo em 31/12/2018		(18.940.570)	(47.888.763)	(23.034.282)	(2.814.575)		(5.691.932)	(98.370.122)
Despesas de depreciação		(204.483)	(1.846.244)	(1.087.121)	(78.081)	(702.492)	(183.094)	(4.101.515)
Baixas			48.194	806.897		17.617	(6.907)	865.801
Transferências		85	(1.069)	(261)	326		919	
Transferência para ativos mantidos para venda (vide Nota 29)				331	163.202			163.533
Saldo em 30/09/2019		(19.144.968)	(49.687.882)	(23.314.436)	(2.729.128)	(684.875)	(5.881.014)	(101.442.303)
<b>Imobilizado líquido</b>								
Saldo em 31/12/2018	3.351.613	1.137.390	14.203.958	7.309.249	1.649.115		774.238	28.425.563
Saldo em 30/09/2019	2.407.688	1.004.133	16.271.734	8.366.710	1.541.851	8.057.731	856.619	38.506.466
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	11%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

**Informações adicionais**

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços previstos nos referidos contratos são denominados reversíveis.

Em 30 de setembro de 2019, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.984.521 (31/12/2018 – R\$ 2.900.922), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta a R\$ 8.832.211 (31/12/2018 - R\$ 8.218.006).

No período findo em 30 de setembro de 2019, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 7% a.a.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA				
	Torres	Espaço físico	Veículos	Imóveis	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>					
Adoção Inicial IFRS 16	577.340	45.342		1.550	624.232
Modificações contratuais	53.440	(63)			53.377
Adições	14.343	1.791	14.498		30.632
Baixas		(8.003)			(8.003)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>645.123</b>	<b>39.067</b>	<b>14.498</b>	<b>1.550</b>	<b>700.238</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
<b>Saldo em 31/12/2018</b>					
Despesas de depreciação	(33.357)	(4.592)	(939)	(158)	(39.046)
Baixas	3.365	204			3.569
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>(29.992)</b>	<b>(4.388)</b>	<b>(939)</b>	<b>(158)</b>	<b>(35.477)</b>
<b>Direito de uso líquido</b>					
<b>Saldo em 31/12/2018</b>					
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>615.131</b>	<b>34.679</b>	<b>13.559</b>	<b>1.392</b>	<b>664.761</b>

	CONSOLIDADO					
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>						
Adoção Inicial IFRS 16	7.353.507	521.523	117.480	93.615	81.807	8.167.932
Modificações contratuais	450.417	2.676	2.681		6.800	462.574
Adições	53.303	28.553	13.188	113.903	100	209.047
Baixas	(11.506)	(74.391)	(2.483)	(7.265)	(1.302)	(96.947)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>7.845.721</b>	<b>478.361</b>	<b>130.866</b>	<b>200.253</b>	<b>87.405</b>	<b>8.742.606</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Saldo em 31/12/2018</b>						
Despesas de depreciação	(549.343)	(69.635)	(23.376)	(45.428)	(14.710)	(702.492)
Baixas	11.581	2.872	221	2.379	564	17.617
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>(537.762)</b>	<b>(66.763)</b>	<b>(23.155)</b>	<b>(43.049)</b>	<b>(14.146)</b>	<b>(684.875)</b>
<b>Direito de uso líquido</b>						
<b>Saldo em 31/12/2018</b>						
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>7.307.959</b>	<b>411.598</b>	<b>107.711</b>	<b>157.204</b>	<b>73.259</b>	<b>8.057.731</b>



01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	12.656	2.526.470	14.477.394	539.661	17.556.181
Adições	5.392			27	5.419
Transferências	(5.559)	70.294		(64.735)	
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>12.489</b>	<b>2.596.764</b>	<b>14.477.394</b>	<b>474.953</b>	<b>17.561.600</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Saldo em 31/12/2018		(2.510.785)	(9.515.969)	(459.387)	(12.486.141)
Despesas de amortização		(24.900)	(531.792)	(1.535)	(558.227)
Despesa de perdas com imparidade (vide Nota 5 (ii))			(3.341.842)		(3.341.842)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>		<b>(2.535.685)</b>	<b>(13.389.603)</b>	<b>(460.922)</b>	<b>(16.386.210)</b>
<b>Intangível líquido</b>					
Saldo em 31/12/2018	12.656	15.685	4.961.425	80.274	5.070.040
Saldo em 30/09/2019	12.489	61.079	1.087.791	14.031	1.175.390
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	27.195	8.981.694	18.602.742	1.904.547	29.516.178
Adições	312.215	2.251		39.871	354.337
Transferências	(328.707)	355.152		(26.445)	
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>10.703</b>	<b>9.339.097</b>	<b>18.602.742</b>	<b>1.917.973</b>	<b>29.870.515</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Saldo em 31/12/2018		(8.116.461)	(12.751.835)	(1.699.436)	(22.567.732)
Despesas de amortização		(294.731)	(642.532)	(82.153)	(1.019.416)
Transferências		8		(8)	
Despesa de perdas com imparidade (vide Nota 5 (ii))			(3.341.842)		(3.341.842)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>		<b>(8.411.184)</b>	<b>(16.736.209)</b>	<b>(1.781.597)</b>	<b>(26.928.990)</b>
<b>Intangível líquido</b>					
Saldo em 31/12/2018	27.195	865.233	5.850.907	205.111	6.948.446
Saldo em 30/09/2019	10.703	927.913	1.866.533	136.376	2.941.525
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
ANATEL (*)	2.312.003	2.209.199	7.479.726	7.147.137
Serviços	745.414	1.030.308	3.690.526	3.397.413
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	515.129	685.303	2.667.293	2.861.712
Aluguel de postes e direito de passagem	82.939	83.553	151.171	191.723
Outros	29.456	50.106	352.641	647.856
Ajuste a valor presente	(1.737.749)	(1.814.087)	(5.185.476)	(5.426.971)
<b>Total</b>	<b>1.947.192</b>	<b>2.244.382</b>	<b>9.155.881</b>	<b>8.818.870</b>
Circulante	989.896	1.301.537	5.900.431	5.225.862
Não circulante	957.296	942.845	3.255.450	3.593.008
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial	1.134.914	1.013.342	3.969.222	3.794.610
Fornecedores não sujeitos à Recuperação	812.278	1.231.040	5.186.659	5.024.260
<b>Total</b>	<b>1.947.192</b>	<b>2.244.382</b>	<b>9.155.881</b>	<b>8.818.870</b>

(\*) Refere-se a créditos concursais da Agência Reguladora de gestão da Advocacia Geral da União - AGU a ser liquidado nos termos do PRJ.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
“Senior Notes” moeda estrangeira	7.009.842	7.068.263	7.009.842	7.068.263	Jul/2025	Semestral
Debêntures públicas	4.520.332	4.358.366	7.040.795	6.788.519	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Instituições financeiras						
Moeda nacional						
BNDES	989.380	925.271	3.866.618	3.616.074	Mar/2024 a Fev/2033	Mensal
Outros	593.270	545.485	2.053.580	1.905.786	Out/2019 a Fev/2035	Mensal e Semestral
Moeda estrangeira	986.198	904.553	6.920.691	6.353.322		
Financiamento multilateral moeda estrangeira	369.546	326.376	369.546	326.376	Ago/2024 a Fev/2030	Semestral
Oferta Geral						
Moeda nacional	151.988	151.989	207.035	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.117.300	1.048.285	4.297.024	4.125.317	Fev/2038 a Fev/2042	
Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 28)	19.322.719	18.610.408				
<b>Subtotal</b>	<b>35.060.575</b>	<b>33.938.996</b>	<b>31.765.131</b>	<b>30.390.692</b>		
Custo de transação incorrido	(11.906)	(10.629)	(13.539)	(12.126)		
Ajuste a valor justo (*)	(23.882.611)	(23.593.369)	(13.846.304)	(13.928.660)		
<b>Total</b>	<b>11.166.058</b>	<b>10.334.998</b>	<b>17.905.288</b>	<b>16.449.906</b>		
Circulante	130.373	660.172	138.842	672.894		
Não circulante	11.035.685	9.674.826	17.766.446	15.777.012		

(\*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Instituições financeiras	11.590	10.298	12.924	11.481
Debêntures públicas	316	331	615	645
<b>Total</b>	<b>11.906</b>	<b>10.629</b>	<b>13.539</b>	<b>12.126</b>
Circulante	1.633	1.290	1.634	1.290
Não circulante	10.273	9.339	11.905	10.836

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Euro	451.788	252.659	284.992	198.931
Dólar Norte Americano	7.108.859	6.878.691	9.158.850	8.617.835
Reais	3.605.411	3.203.648	8.461.446	7.633.140
<b>Total</b>	<b>11.166.058</b>	<b>10.334.998</b>	<b>17.905.288</b>	<b>16.449.906</b>

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 10,00% a.a.	6.799.859	6.708.094	9.039.332	8.562.117
CDI	80% CDI	2.553.690	2.235.675	4.530.971	3.949.639
TJLP	2,95% a.a + TJLP	989.083	924.957	3.865.431	3.614.820
TR	0% a.a.	15.108	10.593	20.580	14.430
Outros	0% a.a.	808.318	455.679	448.974	308.900
<b>Total</b>		<b>11.166.058</b>	<b>10.334.998</b>	<b>17.905.288</b>	<b>16.449.906</b>

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2019			
2020	787	2.617	415	558
2021	2.029	3.953	1.660	1.775
2022	219	970	1.660	1.775
2023	118.557	315.227	1.660	1.775
2024 e exercícios seguintes	34.806.977	31.301.889	4.878	6.023
<b>Total</b>	<b>34.928.569</b>	<b>31.624.656</b>	<b>10.273</b>	<b>11.906</b>

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas Telemar e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 2.877 milhões.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

“Covenants”

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do PRJ, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente estas condições das cláusulas restritivas e para o período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos.

Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2018	Juros e variação monetária e cambial	Apropriação valor justo	Pagamento de principal e juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	30/09/2019
Empréstimos e Financiamentos	16.449.906	2.370.221	82.357	(932.806)	(165.132)	100.742	17.905.288

A Companhia realizou pagamentos dos juros dos “Bonds” Qualificados, que não possuem carência de juros, em fevereiro de 2019 e em agosto de 2019.

20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
SMP			39.071	29.530
Concessões do STFC		22.925		56.089
<b>Total</b>		<b>22.925</b>	<b>39.071</b>	<b>85.619</b>
Circulante		22.925	39.071	85.619

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP obtidas através de leilões, e concessões de serviços STFC.

21. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Torres	607.684		7.457.983	
Espaço físico	35.835		425.279	
Lojas			111.551	
Imóveis	1.443		76.055	
Veículos	13.679		160.571	
<b>Total</b>	<b>658.641</b>		<b>8.231.439</b>	
Circulante	110.306		1.505.995	
Não circulante	548.335		6.725.444	

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Movimentação dos arrendamentos a pagar**

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		
Adoção inicial IFRS 16	624.232	8.167.932
Novas contratações	16.289	163.130
Cancelamentos	(7.882)	(91.412)
Juros	57.353	718.461
Pagamentos	(85.626)	(1.192.144)
Modificações contratuais	54.275	465.472
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>658.641</b>	<b>8.231.439</b>

**Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo**

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2020	30.298	378.591
2021	120.277	1.470.818
2022	115.254	1.395.734
2023	109.648	1.303.234
2024 a 2029	465.057	6.110.784
2030 e exercícios seguintes	334.772	3.607.508
<b>Total</b>	<b>1.175.306</b>	<b>14.266.669</b>
Juros	(626.971)	(7.541.225)
<b>Não circulante</b>	<b>548.335</b>	<b>6.725.444</b>

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a.

**Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar**

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 30 de setembro de 2019, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 817, na controladora, e de R\$ 45.786, no consolidado. Além disso foram reconhecidos também no resultado o montante de R\$ 99, na controladora, e de R\$ 6.947, no consolidado, referente a pagamentos variáveis de arrendamento.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	281.022	322.654	440.162	496.240
PRT (MP nº 766/2017)		28.404		54.528
PERT (Lei nº 13.496/2017)	427	2.438	427	2.438
<b>Total</b>	<b>281.449</b>	<b>353.496</b>	<b>440.589</b>	<b>553.206</b>
Circulante	55.710	86.154	87.016	142.036
Não circulante	225.739	267.342	353.573	411.170

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.469/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/09/2019				31/12/2018
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	13.877		153.112	166.989	199.595
Imposto de renda	1.800		36.680	38.480	44.967
PIS	38.828		35.487	74.315	79.885
INSS – SAT	700	412	2.173	3.285	4.774
Contribuição social	600	107	10.778	11.485	12.503
CPMF	18.968	2.139	29.383	50.490	50.132
PRT – Demais débitos - RFB					54.528
PERT – Demais débitos - RFB	240		187	427	2.438
Outros	20.061	3.366	71.691	95.118	104.384
<b>Total</b>	<b>95.074</b>	<b>6.024</b>	<b>339.491</b>	<b>440.589</b>	<b>553.206</b>

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2019	14.247	22.074
2020	55.283	86.589
2021	55.283	86.589
2022	55.283	86.589
2023	55.283	86.589
2024	46.070	72.159
<b>Total</b>	<b>281.449</b>	<b>440.589</b>

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
<b>Trabalhista</b>				
Horas extras	285.570	193.343	828.478	602.673
Indenizações	58.740	46.513	240.781	187.499
Adicionais diversos	46.423	35.720	238.213	166.963
Estabilidade / Reintegração	70.946	52.144	219.987	160.442
Complemento de aposentadoria	58.365	44.683	119.165	94.691
Diferenças salariais	36.264	24.473	94.612	61.674
Honorários advocatícios/periciais	24.148	18.492	50.425	30.898
Verbas rescisórias	7.660	6.700	38.740	31.521
Multas trabalhistas	4.344	3.535	32.681	25.921
Vínculo empregatício	244	275	23.568	15.952
FGTS	4.965	3.843	13.689	10.804
Subsidiariedade	200	135	2.542	889
Demais ações	33.531	28.656	90.897	67.254
<b>Total</b>	<b>631.400</b>	<b>458.512</b>	<b>1.993.778</b>	<b>1.457.181</b>
<b>Tributária</b>				
ICMS	55.919	67.786	618.302	503.332
ISS	20	1.269	69.863	76.389
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	451	442	23.662	23.100
Demais ações	14.805	14.373	57.005	47.262
<b>Total</b>	<b>71.195</b>	<b>83.870</b>	<b>768.832</b>	<b>650.083</b>
<b>Cível</b>				
ANATEL	109.842	152.445	540.965	580.182
Societário	403.029	1.124.037	403.029	1.124.037
Juizado Especial	122.935	108.503	237.455	191.839
Demais ações	491.175	604.100	1.170.667	1.035.398
<b>Total</b>	<b>1.126.981</b>	<b>1.989.085</b>	<b>2.352.116</b>	<b>2.931.456</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>1.829.576</b>	<b>2.531.467</b>	<b>5.114.726</b>	<b>5.038.720</b>
Circulante	264.299	429.075	515.034	680.542
Não circulante	1.565.277	2.102.392	4.599.692	4.358.178

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.





01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Detalhamento do passivo contingente, por natureza**

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Trabalhista	214.539	232.854	699.490	770.982
Tributária	5.567.370	5.481.243	28.723.241	27.586.094
Cível	764.277	693.149	1.887.589	1.723.110
<b>Total</b>	<b>6.546.186</b>	<b>6.407.246</b>	<b>31.310.320</b>	<b>30.080.186</b>

**Resumo das movimentações dos saldos de provisões:**

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>458.512</b>	<b>83.870</b>	<b>1.989.085</b>	<b>2.531.467</b>
Atualização monetária	152.934	(3.655)	60.711	209.990
Adições / (Reversões)	(24.955)	18.776	(374.261)	(380.440)
Baixas por pagamentos / encerramentos	44.909	(27.796)	(548.554)	(531.441)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>631.400</b>	<b>71.195</b>	<b>1.126.981</b>	<b>1.829.576</b>

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>1.457.181</b>	<b>650.083</b>	<b>2.931.456</b>	<b>5.038.720</b>
Atualização monetária	404.214	54.646	262.667	721.527
Adições / (Reversões)	279.619	92.634	(186.125)	186.128
Baixas por pagamentos / encerramentos	(147.236)	(28.531)	(655.882)	(831.649)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>1.993.778</b>	<b>768.832</b>	<b>2.352.116</b>	<b>5.114.726</b>

Em setembro de 2019, a Companhia revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas e processos cíveis – Societário relacionados aos contratos de participação financeira, em função do reprocessamento do modelo de estimativas em virtude do histórico de encerramento dos processos no contexto do PRJ e a maior experiência acumulada.

**Garantias**

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 30 de setembro de 2019 corresponde a R\$ 4.545.575 (31/12/2018 - R\$ 5.312.744) na controladora e R\$ 12.316.782 (31/12/2018 - R\$ 13.750.739) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Obrigação onerosa (*)	1.301.827	1.226.833	4.768.597	4.493.894
Receitas a apropriar	496.704	542.798	1.733.601	1.916.570
Provisões para indenizações a pagar	701.494	676.984	701.494	676.984
Adiantamentos de clientes	21.251	15.778	270.250	215.228
Consignação a favor de terceiros	14.355	17.528	47.900	56.302
Provisão para desmobilização de ativos	7.054	6.846	17.922	17.395
Outros	241.821	255.876	392.476	510.867
<b>Total</b>	<b>2.784.506</b>	<b>2.742.643</b>	<b>7.932.240</b>	<b>7.887.240</b>
Circulante	473.025	505.784	1.259.356	1.381.919
Não circulante	2.311.481	2.236.859	6.672.884	6.505.321

(\*)A Companhia e suas controladas mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul. Dado que (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (ii) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o aumento de capital previsto no PRJ (Aumento de Capital - Novos Recursos), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, além de emissão de 272.148.705 novas ações ordinárias de colocação privada destinadas aos Investidores “Backstoppers”, e emissão de 275.985 novas ações ordinárias relativas a entrega de Bônus de Subscrição, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O aumento de capital atribuído ao capital social e reservas de capital foi de R\$ 500.466 e R\$ 3.837.009, respectivamente (Nota 1).

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (31/12/2018 - R\$ 32.038.471), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/09/2019	31/12/2018
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	5.796.478	2.298.247
Ações preferenciais	157.727	157.727
<b>Total</b>	<b>5.954.205</b>	<b>2.455.974</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações ordinárias	31	32.030
Ações preferenciais	1.812	1.812
<b>Total</b>	<b>1.843</b>	<b>33.842</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	5.796.447	2.266.217
Ações preferenciais	155.915	155.915
<b>Total em circulação</b>	<b>5.952.362</b>	<b>2.422.132</b>

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018 no montante de R\$ 24.591.140 para absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

**(b) Ações em tesouraria**

Em fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria, por meio de operações em mercado organizado de bolsa, a um custo total de R\$ 2.572, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigação assumida pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à acionista Bratel, subsidiária integral da Pharol, no contexto do acordo celebrado com as duas sociedades (Nota 1).

Em abril de 2019, em face da homologação do acordo firmado entre a Oi e Pharol, foram entregues à Bratel 32.000.000 ações de ordinárias e 1.800.000 ações preferenciais totalizando 33.800.000 ações conforme previsto no acordo firmado entre as partes (Nota 1).

Em 30 de setembro de 2019, a companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

**(c) Reservas de capital**

Conforme mencionado nesta nota no item (a), R\$ 3.837.009 são relativos ao aumento de capital com novos recursos que foram atribuídos a reservas de capital, e no item (b), R\$ 2.462.799 são relativos a absorção de reservas de capital devido a entrega à Bratel de ações em tesouraria.

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Outros resultados abrangentes

Para fins de apresentação no formulário Empresas.Net da CVM, foram incluídos em outros resultados abrangentes e são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31/12/2018	(66.488)	(377.429)	(141.871)	(585.788)
Custo na emissão de ações		(416.317)		(416.317)
Perda atuarial	(6.991)			(6.991)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(21.001)			(21.001)
Saldo em 30/09/2019	(94.480)	(793.746)	(141.871)	(1.030.097)

(e) Custo de emissão de ações

Conforme mencionado no item (a) desta nota, nos termos do contrato de compromisso com os “Backstoppers”, a Companhia emitiu 272.148.705 novas ações ordinárias, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, a um custo de R\$ 337.464, registrado em custo de emissão de ações em contrapartida ao aumento de capital, acrescidos de R\$ 78.853 relativos a gastos incorridos no processo da emissão.

(f) Lucro por ação básico e diluído

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/09/2019	Período de nove meses findos em 30/09/2019	Período de três meses findos em 30/09/2018	Período de nove meses findos em 30/09/2018
<b>Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>(5.746.889)</b>	<b>(6.737.531)</b>	<b>(1.336.387)</b>	<b>27.949.292</b>
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(5.596.356)	(6.561.174)	(1.246.039)	24.374.994
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(150.533)	(176.357)	(90.348)	3.574.298
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.796.447	5.785.780	2.150.302	1.063.268
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.515	155.915	155.915
<b>Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,97)	(1,13)	(0,58)	22,92
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,97)	(1,13)	(0,58)	22,92

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

Em 30 de setembro de 2019, as responsabilidades com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
<b>Ativos atuariais</b>				
Plano TCSPREV	59.628	68.619	63.928	68.934
Plano CELPREV			222	199
<b>Total</b>	<b>59.628</b>	<b>68.619</b>	<b>64.150</b>	<b>69.133</b>
Circulante	544	4.366	766	4.880
Não circulante	59.084	64.253	63.384	64.253

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
<b>Passivos atuariais</b>				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	615.156	574.725	615.156	574.725
Plano PAMEC	6.267	4.397	6.267	4.397
<b>Total</b>	<b>621.423</b>	<b>579.122</b>	<b>621.423</b>	<b>579.122</b>
Não circulante	621.423	579.122	621.423	579.122

(i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos novos termos do PRJ.

**Planos de pensão**

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações no balanço em 30 de setembro de 2019 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2018, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”. As principais premissas consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2018 e em 30 de setembro de 2019 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	CONSOLIDADO								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-INC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa estimada de inflação	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,00%	4,00%	4,00%	Por patrocinadora	N/A	4,84%	3,59%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	N/A	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	N/A	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	N/A	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Taxa de rotatividade	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Nula	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício Saldado	Nula	Nula	2%	Nula	Nula
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	7,43%	7,43%

N/A = Não aplicável.

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de setembro de 2019:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>68.619</b>	<b>69.133</b>
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	4.735	4.770
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(13.726)	(9.753)
<b>Saldo em 30/09/2019</b>	<b>59.628</b>	<b>64.150</b>

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de setembro de 2019:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	579.122	579.122
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	1.870	1.870
Juros do passivo atuarial	40.431	40.431
Saldo em 30/09/2019	621.423	621.423

### Remuneração baseada em ações

O Plano de Incentivos de Longo Prazo atualmente em vigor, abrangendo certos executivos da Companhia, foi renovado pela Assembleia Geral de Credores quando da aprovação do PRJ da Oi. Tal plano busca maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio e consiste no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Os beneficiários não farão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o plano não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

Em janeiro de 2019, ocorreu o pagamento da primeira parcela desse programa, referente ao exercício de 2018.

Um novo plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para os Executivos e para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações da Diretoria e Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

Tais planos, tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Beneficiários, visando promover alto engajamento dos executivos e conselheiros e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas estratégicas e ainda buscar um alinhamento dos mesmos com os interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

O Conselho de Administração da Oi, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, deliberou e comunicou na Assembleia Geral Extraordinária que os mesmos somente seriam implementados após decisão do referido Juízo. Em 13 de junho de 2019, o Meritíssimo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro proferiu nova decisão esclarecendo que a suspensão dos efeitos da decisão de implementação dos novos planos de incentivos de longo prazo perdurará até o encerramento da recuperação judicial.

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.



01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Telecomunicações no Brasil**

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 30 de setembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018
Residencial	1.802.621	2.083.582
Mobilidade pessoal	1.763.282	1.813.305
Empresarial / Corporativo	1.357.460	1.474.960
Outros serviços e negócios	31.635	59.000
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>	<b>4.954.998</b>	<b>5.430.847</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Depreciação e amortização	(1.735.409)	(1.446.502)
Interconexão	(109.296)	(146.061)
Pessoal	(604.763)	(654.345)
Serviços de terceiros	(1.497.102)	(1.484.890)
Serviços de manutenção de rede	(250.508)	(294.370)
Custo de aparelhos e outros	(33.909)	(43.670)
Publicidade e propaganda	(147.674)	(73.229)
Aluguéis e seguros	(675.687)	(1.104.114)
Provisões / Reversões	(72.351)	(7.444)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(159.586)	(157.508)
Perdas com imparidade	(3.341.842)	
Tributos e outras despesas	(1.450)	(11.525)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	520.685	
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>	<b>(3.153.894)</b>	<b>7.189</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	1.496.991	715.306
Despesas financeiras	(3.807.125)	(2.201.755)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>(5.464.028)</b>	<b>(1.479.260)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(145.281)	113.713
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>(5.609.309)</b>	<b>(1.365.547)</b>

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018
Residencial	5.540.606	6.398.969
Mobilidade pessoal	5.240.068	5.421.545
Empresarial / Corporativo	4.194.844	4.546.985
Outros serviços e negócios	111.586	175.246
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>	<b>15.087.104</b>	<b>16.542.745</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Depreciação e amortização	(5.120.931)	(4.270.928)
Interconexão	(348.690)	(492.495)
Pessoal	(1.788.279)	(1.844.006)
Serviços de terceiros	(4.477.296)	(4.339.344)
Serviços de manutenção de rede	(781.356)	(836.850)
Custo de aparelhos e outros	(125.056)	(113.851)
Publicidade e propaganda	(332.266)	(236.287)
Aluguéis e seguros	(2.008.789)	(3.185.553)
Provisões / Reversões	(186.128)	(167.426)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(427.173)	(558.372)
Perdas com imparidade	(3.341.842)	
Tributos e outras despesas	(5.440)	(192.819)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.340.475	156.087
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>	<b>(2.515.667)</b>	<b>460.901</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	2.825.737	31.116.423
Despesas financeiras	(6.640.899)	(3.637.036)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>(6.330.829)</b>	<b>27.940.288</b>
Imposto de renda e contribuição social	(213.025)	(37.370)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>(6.543.854)</b>	<b>27.902.918</b>

**Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico**

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>		
Receitas relativas ao segmento reportado	4.954.998	5.430.847
Receitas relativas a outros negócios	46.234	50.523
<b>Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)</b>	<b>5.001.232</b>	<b>5.481.370</b>

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>		
Receitas relativas ao segmento reportado	15.087.104	16.542.745
Receitas relativas a outros negócios	135.509	152.191
<b>Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)</b>	<b>15.222.613</b>	<b>16.694.936</b>

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		
Telecomunicações no Brasil	(3.153.894)	7.189
Outros negócios	(45.030)	(12.928)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)</b>	<b>(3.198.924)</b>	<b>(5.739)</b>

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		
Telecomunicações no Brasil	(2.515.667)	460.901
Outros negócios	(56.589)	(35.532)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)</b>	<b>(2.572.256)</b>	<b>425.368</b>

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 30 de setembro de 2019, são como segue:

	30/09/2019				Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	
Brasil	68.076.872	52.259.927	38.506.466	2.941.525	5.229.538
Outros, principalmente África	4.789.656	525.606	58.697	28.943	16.053

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/09/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>		
<b>Contas a receber</b>	<b>279.463</b>	<b>174.788</b>
BrT Call Center	38.610	38.610
BrT Multimídia	46.266	46.447
Oi Móvel		7.980
Telemar	193.640	81.160
Serede	947	591
<b>Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)</b>	<b>5.585.888</b>	<b>11.960.680</b>
PTIF (i)	3.464.240	7.555.189
Oi Holanda (i)	1.766.070	4.066.221
PT Participações	355.578	339.270
<b>Outros</b>	<b>209.742</b>	<b>525.013</b>
Telemar	73.413	110.678
Oi Móvel	111.774	148.058
Oi Holanda	15.064	47.602
PTIF		209.184
Serede	9.442	9.442
Dommo	49	49

(i) Vide informações na Nota 15.

	CONTROLADORA	
	30/09/2019	31/12/2018
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>232.801</b>	<b>399.758</b>
BrT Call Center	53.649	43.723
BrT Multimídia	58.641	136.963
Oi Móvel	85.555	111.745
Telemar	13.301	26.287
Paggo Administradora	21.655	25.370
Serede		55.670
<b>Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)</b>	<b>692.672</b>	<b>377.184</b>
Telemar	34.434	19.161
Oi Holanda	658.238	358.023
<b>Demais obrigações</b>	<b>119.188</b>	<b>115.328</b>
BrT Call Center	203	396
BrT Multimídia		13.539
Oi Móvel	33.030	31.095
Telemar	68.789	61.338
Dommo	7	7
Rio Alto	975	975
Oi Investimentos	7.670	7.978
PT Participações	8.514	

(ii) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>11.831</b>	<b>10.775</b>
BrT Multimídia	139	140
Oi Móvel	8.563	7.255
Telemar	2.926	3.235
Serede	203	141
Rede Conecta		4
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>10.124</b>	<b>10.263</b>
BrT Multimídia	1.092	818
Oi Móvel	9.032	9.445
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.642.631</b>	<b>3.082.866</b>
Oi Móvel		4.079
Telemar	583	987.160
Serede		10.821
Rede Conecta		4.914
BrT Multimídia		25.549
BrT Call Center		6.339
Oi Holanda	1.199.667	1.592.675
PTIF	425.348	409.403
PT Participações	17.033	41.926

	Período de nove meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>36.025</b>	<b>54.850</b>
Oi Internet		133
BrT Multimídia	418	421
Oi Móvel	26.044	28.828
Telemar	9.040	25.043
Serede	523	421
Rede Conecta		4
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>30.652</b>	<b>30.790</b>
BrT Multimídia	2.729	2.454
Oi Móvel	27.923	28.336
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.593.549</b>	<b>23.270.609</b>
Oi Móvel		13.179
Telemar	4.132	1.046.368
Serede		10.821
Rede Conecta		4.914
BrT Multimídia		25.549
BrT Call Center		6.339
Oi Holanda	1.001.463	20.960.368
PTIF	571.646	1.069.826
PT Participações	16.308	133.245

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(229.826)</b>	<b>(217.739)</b>
BrT Multimídia	(1.220)	(1.224)
Oi Móvel	(8.797)	(15.766)
Telemar	(3.266)	(3.402)
Paggo Administradora	(749)	(1.084)
BrT Call Center	(128.770)	(103.714)
Serede	(87.024)	(92.549)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.191.091)</b>	<b>(1.797.718)</b>
Telemar	(5.091)	11.938
Serede	(992)	
BrT Call Center	(418)	
BrT Multimídia	(1.683)	
Oi Holanda	(1.134.741)	(1.593.978)
PTIF	(48.136)	(193.804)
PT Participações	(30)	(21.874)

	Período de nove meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2019	30/09/2018
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(690.583)</b>	<b>(697.851)</b>
BrT Multimídia	(3.663)	(3.667)
Oi Móvel	(31.300)	(51.578)
Telemar	(9.734)	(22.807)
Paggo Administradora	(2.462)	(3.256)
BrT Call Center	(374.540)	(338.798)
Serede	(268.884)	(277.745)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.099.382)</b>	<b>(4.954.591)</b>
Oi Móvel		751.262
Telemar	(15.273)	(331.244)
Serede	(3.262)	
BrT Call Center	(1.405)	
BrT Multimídia	(5.512)	
Oi Holanda	(1.031.819)	(4.557.647)
PTIF	(41.963)	(773.019)
Oi Internet		20
PT Participações	(148)	(43.963)

**Linhas de créditos**

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2018 – 115% do CDI). No período findo em 30 de setembro de 2019 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “intercompany” em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras.



01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As linhas de crédito “intercompany” vigentes em 30 de setembro de 2019 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos “intecompany” não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias.

**Garantias**

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

**Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
<b>Contas a receber e outros ativos</b>			<b>6.695</b>	<b>6.359</b>
Outras entidades			6.695	6.359

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
<b>Contas a pagar e outros passivos</b>		<b>915</b>	<b>67.753</b>	<b>74.210</b>
Hisparmar		915	55.954	66.704
Outras entidades			11.799	7.506

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>			<b>120</b>	<b>85</b>
Outras entidades			120	85
<b>Receita financeira</b>			<b>113</b>	
Outras entidades			113	

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>			<b>251</b>	<b>274</b>
Outras entidades			251	274
<b>Receita financeira</b>			<b>336</b>	
Outras entidades			336	

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(1.048)</b>	<b>(867)</b>	<b>(41.992)</b>	<b>(50.211)</b>
Hispamar	(1.048)	(867)	(35.675)	(43.150)
Outras entidades			(6.317)	(7.061)
<b>Despesa financeira</b>			<b>(7)</b>	
Hispamar			(7)	

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(3.776)</b>	<b>(3.259)</b>	<b>(166.066)</b>	<b>(172.675)</b>
Hispamar	(3.776)	(3.259)	(145.737)	(151.028)
Outras entidades			(20.329)	(21.647)
<b>Despesa financeira</b>	<b>(3)</b>		<b>(206)</b>	
Hispamar	(3)		(197)	
Outras entidades			(9)	

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 30 de setembro de 2019, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 34.642 (30/09/2018 – R\$ 68.166) na controladora e R\$ 34.642 (30/09/2018 – R\$ 76.456) no consolidado. A homologação judicial do PRJ, após sua votação e aprovação pelos credores em assembleia, ensejou o pagamento no ano de 2018 de remuneração excepcional à diretoria estatutária, pontual e não recorrente, de até R\$ 15,5 milhões líquidos mais seus respectivos impostos e encargos, de acordo com o estabelecido em contratos firmados com os diretores e aprovados anteriormente pelo Conselho de Administração da Companhia.



NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**29. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA**

As informações relativas ao item abaixo devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Operações da África (i)	3.640.584	3.721.549	4.789.656	4.923.187
Ativos não estratégicos (ii)	42.328		80.552	
<b>Total</b>	<b>3.682.912</b>	<b>3.721.549</b>	<b>4.870.208</b>	<b>4.923.187</b>

**(i) Operações da África - Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel**

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa à época de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos.

No que diz respeito especificamente à participação indireta da Africatel na Unitel, a Companhia tomou conhecimento, em 27 de fevereiro de 2019, da decisão final proferida pelo Tribunal Arbitral no âmbito da arbitragem movida pela PT Ventures, subsidiária da Africatel, em face dos demais acionistas da Unitel. O Tribunal Arbitral entendeu que os demais acionistas da Unitel violaram diversas previsões do Acordo de Acionistas da Unitel, o que acarretou uma redução significativa do valor da participação da PT Ventures na Unitel. Também entendeu que os demais acionistas da Unitel deixaram de assegurar, depois de novembro de 2012, que a PT Ventures recebesse o mesmo montante de dividendos em moeda estrangeira que o outro acionista estrangeiro da Unitel.

Em função disso, o Tribunal determinou que os demais acionistas paguem à PT Ventures, de forma conjunta e solidária, o valor de (i) US\$ 339,4 milhões mais juros (contados a partir de 20 de fevereiro de 2019, com taxa LIBOR Dólar Americano 12 meses mais 2 pontos percentuais, com capitalização anual), correspondentes à perda do valor da participação da PT Ventures na Unitel, além de (ii) US\$ 307 milhões acrescidos de juros (juros simples de 7% contados a partir de diferentes datas em que os dividendos não recebidos deveriam ter sido pagos à PT Ventures), com respeito aos danos resultantes do fato de os demais acionistas da Unitel terem deixado de assegurar, depois de novembro de 2012, que a PT Ventures recebesse o mesmo montante de dividendos, em moeda estrangeira, que o outro acionista estrangeiro da Unitel, somados ainda (iii) ao reembolso de parcela substancial dos honorários, custos legais e taxas e despesas administrativas e dos árbitros, incorridos pela PT Ventures com o processo arbitral, em valor líquido superior a US\$ 13 milhões. O Tribunal rejeitou os pedidos reconventionais dos outros acionistas da Unitel em sua integralidade (“Decisão Arbitral de 2019”).

A Decisão Arbitral de 2019 resulta em uma reafirmação dos direitos da PT Ventures como acionista detentora de 25% do capital da Unitel, nos termos do Acordo de Acionistas. A PT Ventures retém todos os seus direitos previstos no Acordo de Acionistas, incluindo o de nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração da Unitel e o direito a receber dividendos passados e futuros da Unitel.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posteriormente, em Assembleia Geral de Acionistas da Unitel realizada em 19 de março de 2019, foi eleito um novo Conselho de Administração da sociedade, composto por cinco membros, dos quais dois foram indicados pela PT Ventures, sendo que um deles exercerá o cargo de Diretor Geral da Unitel.

Em 12 de agosto de 2019, a PT Ventures foi notificada a respeito de requerimento de arbitragem apresentado junto à Câmara de Comércio Internacional (“CCI”) pela Vidatel Ltd. (“Vidatel”), uma das acionistas da Unitel, contra a PT Ventures. Em seu requerimento, a Vidatel procura discutir a aplicação da Decisão Arbitral de 2019, apresentando argumentos relativos ao reconhecimento, validade e exequibilidade da referida decisão e sustentando que a mesma teria o condão de levar ao enriquecimento sem causa da PT Ventures.

A Companhia entende que a arbitragem iniciada pela Vidatel tem caráter nitidamente protelatório, com o simples objetivo de perturbar o curso da execução da Decisão Arbitral de 2019, reabrindo a discussão de temas que já foram amplamente debatidos na arbitragem movida pela PT Ventures contra os demais acionistas da Unitel e concluída em fevereiro de 2019.

Além disso, na visão da Companhia, a arbitragem junto à CCI não é o foro adequado para analisar as questões aduzidas pela Vidatel, não apenas por serem de competência exclusiva de tribunais nacionais, como também porque não se enquadram no escopo da cláusula arbitral contratada entre os acionistas da Unitel, a qual prevê o uso da arbitragem para dirimir questões relativas somente ao Acordo de Acionistas da Unitel e a violações deste.

A PT Ventures apresentou sua resposta ao requerimento de arbitragem no dia 11 de setembro de 2019.

Com relação à participação indireta da Africatel na Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”), a PT Ventures alienou, após o cumprimento das condições precedentes, e transferiu, em 21 de maio de 2019, a totalidade das ações de que era titular na CVT, representativas de 40% do capital social desta, para o Instituto Nacional de Previdência Social e a empresa pública ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., ambos de Cabo Verde, pelo valor total de US\$ 26,3 milhões, na forma do disposto nas cláusulas 3.1.3 e 5.1 do PRJ. Essa alienação gerou um ganho de capital de R\$ 67 milhões, reconhecido no resultado.

Em decorrência da referida alienação de ações, a PT Ventures celebrou com o Estado de Cabo Verde, também naquela data, acordo para encerramento definitivo das arbitragens iniciadas pela PT Ventures contra este último em março de 2015, perante o Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos (“CIRDI”) e a Câmara de Comércio Internacional (“CCI”).

O grupo de ativos e de passivos das operações na África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas, e são consolidados na demonstração de resultados da Companhia desde 5 de maio de 2014.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	30/09/2019	31/12/2018
<b>Ativos mantidos para venda</b>	<b>4.789.656</b>	<b>4.923.187</b>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	131.989	82.639
Contas a receber	137.024	108.343
Dividendos a receber (i)	2.746.026	2.566.935
Ativo mantido para venda (ii)	1.583.146	1.843.778
Outros ativos	96.467	145.709
Investimentos	7.364	19.414
Imobilizado	58.697	108.768
Intangível	28.943	47.601
<b>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</b>	<b>525.606</b>	<b>526.870</b>
Empréstimos e financiamentos	349	188
Fornecedores	36.895	52.064
Outros passivos	488.362	474.618
<b>Participação de não controladores (iii)</b>	<b>163.750</b>	<b>243.491</b>
<b>Total dos ativos mantidos para vendas, líquido dos passivos correspondentes – Consolidado</b>	<b>4.100.300</b>	<b>4.152.826</b>
Eliminações intragrupo	(459.716)	(431.277)
<b>Total de ativos mantidos para venda – Controladora</b>	<b>3.640.584</b>	<b>3.721.549</b>
Investimentos na África	3.640.584	3.721.549

- (i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel. A Companhia registra os dividendos ainda não recebidos com base no valor estimado de recuperação, considerando nessa avaliação a existência de processos judiciais para cobrança desses valores e respectivos juros em USD, a expectativa de decisão favorável desses processos no tempo, bem como a existência de caixa na Unitel para pagamento dos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unitel à PT Ventures são relativos aos resultados transitados de 2005 e às reservas livres de 2006 a 2009, bem como aos exercícios fiscais de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2017, no total nominal bruto de US\$ 825 milhões;
- (ii) Refere-se, principalmente, ao valor justo do investimento financeiro da participação indireta detida pela PT Ventures, correspondente a 25% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento é calculado com base em estimativas relativas aos resultados potenciais e recuperações dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de uma taxa de desconto adequada, calculada com base no custo médio de capital ponderado de 20,7%, considerando o ambiente de negócios da Unitel. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios. Em 30 de setembro de 2019, e no âmbito da atualização das premissas acima mencionadas, o valor justo do investimento na Unitel era de R\$ 1.583 milhões (31/12/2018 – R\$ 1.760 milhões).

- (iii) Representado, principalmente, pela participação de 14% da Samba Luxco no capital social da Africatel e, conseqüentemente, nos seus ativos líquidos.

**(ii) Ativos não estratégicos**

Em 16 de julho de 2019, a Companhia divulgou ao mercado em geral, por meio de fato relevante, o seu plano estratégico, aprovado pelo Conselho de Administração, com foco na melhoria da performance operacional e financeira, através de um modelo de negócio sustentável, com o objetivo de maximizar o valor da Companhia, no contexto do processo de recuperação judicial. O plano prevê que parte do financiamento da estratégia de investimentos será realizada através da alienação de ativos não estratégicos da Companhia. Tais ativos não estratégicos são compostos, substancialmente, por: (i) Investimento na Unitel; (ii) Torres; (iii) Data Center; (iv) Imóveis; (v) além de outros ativos não estratégicos. A Companhia está empenhada e focada para promover a alienação dos ativos citados e tomará todas as medidas necessárias para implementar o referido Plano nos próximos períodos.

Em 28 de agosto de 2019, a Companhia aprovou a alienação dos imóveis contidos no plano estratégico.

Em 30 de setembro de 2019, exceto o Investimento na Unitel (i) e os Imóveis (iv) que já estão mensurados e apresentados no balanço patrimonial, a Companhia avaliou e determinou que os demais ativos não estratégicos (ii), (iii) e (v), que serão objeto de alienação futura, não atendem, substancialmente, todos os requerimentos de apresentação e mensuração previstos no CPC 31, Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e, portanto, continuam sendo apresentados no grupo de “Ativo imobilizado” (Nota 16).

**30. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a) Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte**

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, por meio de comunicado ao mercado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da PTIF e da PT Portugal (ambas, em conjunto, “Subsidiárias da Oi”), sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital da Companhia em maio de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

Tendo em vista o inadimplemento da Rio Forte com relação aos títulos, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram, em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

No dia 31 de março de 2015, a Companhia publicou Fato Relevante relativo à consumação da Permuta.

A Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos, sendo que o número de ações objeto da Opção será reduzido anualmente, a cada dia 31 de março.

Até 30 de setembro de 2019, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, deixaram de estar sujeitas à Opção: (i) a partir de 31 de março de 2016, 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das ações objeto da Opção; (ii) a partir de 31 de março de 2017, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das ações objeto da Opção; (iii) a partir de 31 de março de 2018, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das ações objeto da Opção; e (iv) a partir de 31 de março de 2019, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das ações objeto da Opção. Ainda estão sujeitas à Opção 17.076.554 ações ordinárias e 34.153.108 ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2019, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 0,4 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

**b) Processos Administrativos Sancionadores na CVM**

Em dezembro de 2018, tomamos conhecimento de que a CVM, no uso de suas atribuições, instaurou dois processos administrativos sancionadores por atos praticados em conexão com a reestruturação societária anunciada em outubro de 2013 envolvendo a Oi e a Pharol (anteriormente denominada Portugal Telecom), e o aumento de capital via oferta pública de ações da Oi concluído em maio de 2014, em suposta violação à Lei das Sociedades Anônimas, propondo a responsabilização de determinados executivos, diretores e acionistas controladores à época dos fatos.

A Companhia não é parte nestes processos. Em relação aos executivos acusados, se os mesmos forem considerados responsáveis nestes Processos Administrativos Sancionadores, eles estarão sujeitos a uma penalidade, que pode variar de uma advertência à inabilitação temporária, por até 20 anos, para o exercício de cargo de administrador ou de conselheiro fiscal de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição ou de outras entidades que dependam de autorização ou registro na CVM.

**c) Incorporação da Copart 5 pela Companhia**

Em março de 2019, foi realizada a incorporação da Copart 5 pela Companhia. A incorporação não trouxe impactos contábeis, pois os ativos e passivos da Copart 5 já eram apresentados nos saldos da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

---

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

76.535.764/0001-43

---

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Essa incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi descritos no PRJ e, tem como objetivo a otimização das operações.

### **31. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em novembro de 2019, a PT Ventures recebeu USD 33,1 milhões de dividendos extraordinários da Unitel. Os respectivos dividendos extraordinários foram declarados pela Unitel na Assembleia Geral de 16 de novembro de 2010, na qual foi deliberada a distribuição de resultados do exercício de 2005 e reservas livres dos exercícios de 2006 a 2009.